

INFORMS

**INFORMATIVO
MERCO SHIPPING**

**RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO**

**Edição 183/2021
Data: 24/11/2021**

ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

| | |
|--|-----------|
| A TRIBUNA DIGITAL (SP) | 4 |
| PROGRAMA PORTO SEM PAPEL TEM NOVA FERRAMENTA DIGITAL | 4 |
| FUTURO DA MÃO DE OBRA NO CAIS SANTISTA É TEMA DO PROGRAMA PORTO 360º | 5 |
| ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS | 5 |
| ANTAQ DISPONIBILIZA SISTEMA PARA PESQUISA DE JURISPRUDÊNCIA, ATOS E NORMATIVOS | 5 |
| PORTAL PORTO GENTE | 6 |
| CONDOMÍNIOS LOGÍSTICOS DEBATEM A ERA DA TECNOLOGIA | 6 |
| O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP | 7 |
| ‘VAMOS VER O MAIOR PORTO DA AMÉRICA LATINA SE TORNAR O MAIOR PORTO DO HEMISFÉRIO SUL’, DIZ MINISTRO SOBRE SANTOS | 7 |
| SPA QUER OUVIR VOCÊ PARA ELABORAR RELATÓRIOS DE GESTÃO E DE SUSTENTABILIDADE | 7 |
| VALOR DAS EXPORTAÇÕES DO AGRONEGÓCIO REPRESENTA MAIOR ARRECADAÇÃO DA HISTÓRIA | 8 |
| ANTT E ANTAQ REALIZAM OPERAÇÃO SOLARIUM EM ÁREAS PORTUÁRIAS | 9 |
| CPI DAS CAVAS SUBAQUÁTICAS SOLICITA À CETESB ESTUDO AMBIENTAL QUE LIBEROU OBRA NO PORTO DE SANTOS | 9 |
| DP WORLD SYDNEY BATE RECORDE DE TEU | 11 |
| ANUNCIADO NOVO INVESTIMENTO PARA O PORTO DO ITAQUI | 11 |
| GUARDA PORTUÁRIA DE SANTOS TERÁ SISTEMA FEDERAL DE INTELIGÊNCIA | 12 |
| GAZETA WEB.COM - AL | 13 |
| PORTO DE MACEIÓ COMEÇA OPERAÇÃO DE EXPORTAÇÃO DE MINÉRIO DE COBRE PARA A CHINA | 13 |
| ISTOÉ - DINHEIRO | 14 |
| PACHECO ANUNCIA VOTAÇÃO ACELERADA DA DESONERAÇÃO PARA SETORES QUE MAIS EMPREGAM | 14 |
| PEC DOS PRECATÓRIOS SERÁ VOTADA NA PRÓXIMA 3ª NA CCJ DO SENADO | 15 |
| CAMPOS NETO DIZ QUE É IMPORTANTE PERSEGUIR META DE INFLAÇÃO, MAS RESSALTA LIMITAÇÕES | 16 |
| MONEYTIMES | 17 |
| TEREOS ELEVA EM 30,6% MOVIMENTAÇÃO DE AÇÚCAR COM IMPULSO DE TERMINAIS DA VLI..... | 17 |
| AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS | 19 |
| PPSA ESTIMA INVESTIMENTO DE US\$ 99 BILHÕES PARA 27 NOVAS PLATAFORMAS NO PRÉ-SAL DA PARTILHA DE PRODUÇÃO | 19 |
| MANDATO DE BIODIESEL EM DISCUSSÃO NO CNPE | 22 |
| JORNAL O GLOBO – RJ | 24 |
| ARRECADAÇÃO FEDERAL BATE R\$ 178,7 BI EM OUTUBRO, SEGUNDO MELHOR RESULTADO PARA O MÊS..... | 24 |
| ESTADOS TEMEM PERDA DE R\$ 26 BI, COM DECISÃO DO STF PARA REDUZIR ICMS DE ENERGIA E TELECOMUNICAÇÕES | 26 |
| ENEL PREVÊ INVESTIR R\$ 31 BILHÕES NO BRASIL NOS PRÓXIMOS TRÊS ANOS | 28 |
| EXPLORAÇÃO DO PRÉ-SAL DEVE GERAR US\$ 285 BI A GOVERNO FEDERAL, ESTADOS E MUNICÍPIOS ATÉ 2031 | 29 |
| PRESIDENTE DO BC DIZ QUE HÁ UMA PREOCUPAÇÃO COM O CRESCIMENTO ESTRUTURAL DO BRASIL | 30 |
| O ESTADO DE SÃO PAULO - SP | 31 |
| NOVO MARCO LEGAL DO SANEAMENTO VAI A JULGAMENTO NO STF NESTA QUARTA..... | 31 |
| PILOTOS DE COMPANHIAS AÉREAS ANUNCIAM GREVE..... | 33 |
| PRÓXIMAS LICITAÇÕES DE AEROPORTOS DEVEM ATRAIR MUITOS INTERESSADOS, DIZ CONSELHO DO SETOR | 33 |
| ARRECADAÇÃO SOBE QUASE 5% EM OUTUBRO, PARA R\$ 178 BI, A MAIOR PARA O MÊS EM 5 ANOS..... | 36 |
| EXPECTATIVAS INFLACIONÁRIAS DE PRAZOS MAIS LONGOS COMEÇAM A SE DISTANCIAR DOS OBJETIVOS DO BC..... | 37 |
| PROJETOS DE INFRAESTRUTURA SÃO PRIORIDADE, DIZ MINISTRO, APESAR DAS RESTRIÇÕES NOS GASTOS | 38 |
| VALOR ECONÔMICO (SP) | 39 |
| LEILÃO DO PRÉ-SAL PODE MARCAR ESTREIA DE NOVOS PRODUTORES DE PETRÓLEO NO BRASIL..... | 39 |
| ENEL VAI INVESTIR 5 BILHÕES DE EUROS NO BRASIL NOS PRÓXIMOS TRÊS ANOS, DIZ CEO GLOBAL | 41 |
| TEREOS E VLI ELEVAM VOLUME DE AÇÚCAR MOVIMENTADO EM 30% | 43 |
| MINÉRIO DE FERRO SOBE 2,9% NO PORTO DE QINGDAO E SAI NA CASA DE US\$ 102 POR TONELADA..... | 43 |
| MINISTRA PÔE EM MARCHA A ‘DIPLOMACIA DOS INSUMOS’ | 44 |
| PAÍS PRECISA MELHORAR GESTÃO DO SISTEMA ELÉTRICO, DIZ ABEEÓLICA | 45 |
| EXPORTAÇÕES DO BRASIL ESTÃO ENTRE AS QUE MAIS RECUARAM..... | 46 |



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 183/2021
Página 3 de 58
Data: 24/11/2021
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

| | |
|--|-----------|
| ACORDO COMERCIAL DEVE PREVER SANÇÕES CONTRA POLUIDORES | 48 |
| PORTAL PORTOS E NAVIOS | 50 |
| EÓLICAS OFFSHORE DEVEM DEMANDAR MAIS CONVERSÕES DO QUE CONSTRUÇÕES, AVALIA CSENO | 50 |
| PORTO DO RIO INAUGURA NOVO PORTÃO DE ACESSO RODOVIÁRIO | 51 |
| SVITZER LANÇA PARA LONDRES SERVIÇO DE REBOCADORES NEUTROS EM CARBONO | 52 |
| PORTO DO RECIFE INICIA PROJETO DE EXTENSÃO TECNOLÓGICA EM PARceria COM A UFPE E FACEPE | 53 |
| SIEMENS ENERGY GARANTE PEDIDO PARA A CONSTRUÇÃO DA UTE GNA II | 54 |
| ‘ADAPTAÇÃO A MUDANÇAS CLIMÁTICAS É INEVITÁVEL E MELHOR QUE REAGIR DEPOIS’, DIZ CONSELHEIRA ALEMÃ | 55 |
| PORTO PONTA DO FÉLIX MOVIMENTA PELA PRIMEIRA VEZ PELLETS DE MADEIRA | 56 |
| MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA | 57 |
| MERCOSHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS | 57 |



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

PROGRAMA PORTO SEM PAPEL TEM NOVA FERRAMENTA DIGITAL

Atualização do sistema permite que Anvisa cheque de forma digital o Termo de Controle Sanitário de Viajante (TCSV)

Por: Redação



De 2019 para cá, mais de R\$ 660 milhões foram economizados com a digitalização de serviços Foto: Luigi Bongiovani

O programa Porto Sem Papel (PSP) tem uma nova funcionalidade. Agora, agentes da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) poderão checar de forma digital as informações relacionadas à saúde de pessoas que embarcam e desembarcam nos complexos portuários brasileiros, acessando virtualmente o Termo de Controle Sanitário de Viajante (TCSV);

Com a atualização da ferramenta, será possível que a Anvisa emita, assine e compartilhe com as partes interessadas ao TCSV em formato digital. As melhorias recentes ocorreram em parceria com a Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

De acordo com o diretor-executivo do Sindicato das Agências de Navegação Marítima do Estado de São Paulo (Sindamar), José Roque, o novo procedimento facilita o trabalho mas exige atenção redobrada dos profissionais responsáveis pela inserção dos dados dos tripulantes.

“Todo o cuidado deverá ser adotado pelo agente marítimo para evitar reclamações futuras do órgão regulador no que concerne às falhas que ocorrerem na prestação de informações”, afirmou.

“A atualização elimina a necessidade de interação presencial entre os fiscais da Anvisa e as agências de navegação, proporcionando melhorias na eficiência operacional dos processos atualmente existentes”, afirmou o secretário nacional de Portos e Transportes Aquaviários, Diogo Piloni.

Em agosto, a ferramenta recebeu uma série de atualizações. A principal delas foi a unificação de acesso (login), que fez parte da primeira etapa da implantação da Janela Única Aquaviária, através do Portal Único do Comércio Exterior (Pucomex).

“São atualizações importantes para facilitar e agilizar ainda mais a análise e liberação de mercadorias nos portos brasileiros e que, na prática, geram economia de recursos para as empresas do setor e maior satisfação para o usuário”, destacou o secretário de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, Caio Mario Paes de Andrade.

Transformação

De 2019 para cá, foram economizados mais de R\$ 660 milhões com a digitalização de serviços. A conta da economia leva em consideração os valores que a União e contribuintes deixaram de gastar com serviços antes analógicos.

Hoje, 72% dos mais de 4,8 mil serviços do Governo Federal são digitais, e a meta é atingir os 100% até o fim do próximo ano. Essa transformação digital gerou uma economia de mais de R\$ 3,1 bilhões por ano.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 24/11/2021

FUTURO DA MÃO DE OBRA NO CAIS SANTISTA É TEMA DO PROGRAMA PORTO 360º

Convidados desta quarta (24), são os presidentes do Sindestiva, Bruno Santos, e do Sintraport, Miro Machado

Por: Redação



A transmissão será nas redes sociais do Grupo Tribuna Foto: Divulgação

O futuro da mão de obra no Porto de Santos é o tema do Porto 360º na noite desta quarta-feira (24). O programa terá a participação dos presidentes do Sindestiva, Bruno Santos, e do Sintraport, Miro Machado.

A transmissão será nas redes sociais do Grupo Tribuna (Facebook e YouTube) às 19h45, com

apresentação de Maxwell Rodrigues.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 24/11/2021



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

ANTAQ DISPONIBILIZA SISTEMA PARA PESQUISA DE JURISPRUDÊNCIA, ATOS E NORMATIVOS

No ANTAQJuris, o usuário poderá acessar acórdãos, resoluções, resoluções normativas, deliberações e termos de autorização

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ disponibilizou novamente aos públicos interno e externo o ANTAQJuris, que é um sistema repositório que permite a pesquisa de atos e normativos da Agência. Na plataforma, estão acórdãos, resoluções, resoluções normativas, deliberações e termos de autorização.

Em gov.br/antag, o sistema pode ser acessado em Central de Conteúdos, no box ANTAQJuris. Se o usuário desejar ir direto à plataforma, basta acessar <https://juris.antag.gov.br>.

Para facilitar a pesquisa, o ANTAQJuris dispõe de algumas funcionalidades. Confira abaixo:

- Busca por termo livre, que recupera termos constantes dentro de todo o documento e traz, ainda, em cada item recuperado, as tags (etiquetas) de termos relacionados;
- as etiquetas com os termos relacionados possibilitam uma navegação mais aprofundada no assunto de interesse;
- link para a publicação no Diário Oficial da União; e

- utilização de referências nas menções a artigos e incisos das legislações, o que facilita o entendimento no momento da leitura.

Em caso de dúvida, envie uma mensagem para citaq@antaq.gov.br.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antaq.gov.br

Data: 24/11/2021

Portogente

Fazendo o mundo mais ágil.

PORTAL PORTO GENTE

CONDOMÍNIOS LOGÍSTICOS DEBATEM A ERA DA TECNOLOGIA

Editorial Portogente

Estratégias na gestão da cadeia de suprimentos: dos nós às redes.

O e-commerce e a pandemia impulsionaram o negócio de Condomínios Logísticos. Agora, chega atrasada ao Brasil a tecnologia 5G. É o início de uma nova era: a tecnológica. Desde que nasceu, o setor tem curva de investimento em um crescendo. Para debater e esclarecer esse novo tempo, Portogente promove uma série de palestras, com o tema: Condomínios Logísticos na Era da Tecnologia. Hoje, às 15 horas, a palestra do Kleber Gustavo G. Silva, da dataRAin.



Dad 24NOV2021Palestra hoje às 15 horas: Condomínios Logísticos na Era da tecnologia: **clique aqui**

<https://www.youtube.com/watch?v=sDBz-MJAx7c>

A automação e inteligência artificial (IA), que mudarão as práticas e processos, possibilitarão maior controle de toda atividade do Condomínio Logístico. Financeiro, fiscal e operacional. Análise

de dados reduzirão custos, melhor gestão dos processos e otimização da produção. Com mais qualidade ao planejamento, resultarão produtividade e melhor utilização dos espaços. Dar maior velocidade ao movimento, a razão da logística.

Há muitas travas logísticas nos portos e aeroportos a serem superadas. Os Condomínios Logísticos ajudam na desconstrução das filas. Como oportunidade de expansão de negócios, deve incorporar o planejamento multimodal de transportes e da tecnologia para diminuir tempos, estoques e o custos. Como parte importante de uma sucessão de etapas, da origem ao destino (porta à porta), compondo o preço do produto.

Portogente, líder entre os similares sul-americanos, hoje inaugura Feira Condomínios Logísticos Fair, um site integrado para debate permanente dessa estrutura logística, cujas raízes remontam ao surgimento do porto indústria. E hoje, cada vez mais, ela participa dos aglomerados (clusters) regionais às cadeias globais, dos novos modelos de negócio. Ampliando o foco da “administração de negócios” para “administração de negócios em rede”.

A nova forma de fazer logística com 5G no Brasil bate à porta. O anúncio de um novo tempo: novas oportunidades e novos negócios. Um ciclo de mais comércio e de mais logística. Quem quiser participar e jogar nesse tempo é melhor começar agora.

Fonte: Portal Porto Gente

Data: 24/11/2021



O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

‘VAMOS VER O MAIOR PORTO DA AMÉRICA LATINA SE TORNAR O MAIOR PORTO DO HEMISFÉRIO SUL’, DIZ MINISTRO SOBRE SANTOS

Informação: BNews (24 de novembro de 2021)



O ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes, disse, em entrevista à Jovem Pan News, nesta terça-feira (23), que o porto de Santos vai ser maior porto do Hemisfério Sul.

“Vamos ver o maior porto da América Latina se tornar o maior porto do Hemisfério Sul. Com a desestatização do Porto de Santos, teremos investimentos de R\$ 16 bi p/ eliminar gargalos e tornar o porto um grande hub de

contêineres e parada obrigatória do comércio internacional”, postou na redes sociais.

A Petrobras foi a vencedora do leilão para concessão de terminais portuários com a oferta única de R\$ 558.250.000,99 pela concessão da área STS08A no Porto de Santos, em São Paulo. O local é destinado à movimentação, armazenagem e distribuição de granéis líquidos (combustíveis). O tempo de concessão é de 25 anos. Havia ainda mais uma área, a STS08, mas a Petrobras não fez nenhuma oferta, alegando que STS08A já reunia todas as características estratégicas e necessárias para as operações da empresa.

A outra área de terminais disponível no leilão, no Complexo Portuário de Imbituba, em Santa Catarina, a IMB05, foi arrendada pela Fertilizantes Santa Catarina Ltda, por R\$ 200 mil, sendo também a única empresa a fazer oferta. A área também é destinada para movimentação de granéis líquidos combustíveis ou químicos, proveniente principalmente de Maceió (AL), para abastecer empresas localizadas em toda a região Sul. O período de concessão é de dez anos.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 24/11/2021

SPA QUER OUVIR VOCÊ PARA ELABORAR RELATÓRIOS DE GESTÃO E DE SUSTENTABILIDADE

Informação: Santos Port Authority (24 de novembro de 2021)

Com intuito de cada vez dar mais transparência aos seus atos administrativos e de desempenho, a Santos Port Authority (SPA) quer ouvir os empregados, o mercado e a sociedade para construir de forma colaborativa seus relatórios de gestão e de sustentabilidade referente a 2021, importantes instrumentos de prestação de contas anual da Companhia.

Assim, está lançando uma pesquisa para públicos interno e externo denominada “levantamento de materialidade”, que busca identificar, avaliar e priorizar as informações a serem divulgadas sobre a Companhia.

“A iniciativa é mais um passo na construção de uma relação de confiança com todas as partes interessadas. Além disso, a medida está inserida no contexto de adequação da SPA aos mais altos padrões e referenciais de mercado para práticas de transparência e divulgação de resultados, tais quais o International Integrated Reporting Council (IIRC) e o Global Reporting Initiative (GRI), adotados por empresas de capital aberto”, destaca o diretor de Administração e Finanças da SPA, Marcus Mingoni.

O processo para determinar materialidade para a preparação e apresentação de reportes do desempenho da Companhia envolve:

1. Identificação de temas relevantes, com base na capacidade de afetar a geração de valor;
2. Avaliação da importância de temas relevantes para potencial geração de valor;
3. Priorização de temas com base na sua importância relativa; e
4. Determinação de informações a serem divulgadas sobre temas relevantes.

As etapas 1 a 3 serão realizadas até o término deste ano, por meio da aplicação de formulários aos mais variados públicos-alvo:

- Público interno: empregados, gestores e administradores da SPA;
- Público externo: pessoas jurídicas e pessoas físicas.

(a) Pessoa Jurídica: representantes das principais empresas que atuam no ecossistema do Porto de Santos: arrendatários, terminais de uso privado, terceirizadas, órgãos públicos, prefeituras, credenciadas para prestação de serviço e potenciais investidores.

(b) Pessoa Física: munícipes, empregados portuários etc. Este processo se aplica tanto a temas positivos quanto negativos, incluindo riscos, desafios e oportunidades, e desempenhos ou perspectivas favoráveis ou desfavoráveis. Também se aplica a informações financeiras e não-financeiras, contemplando aspectos como o ESG/responsabilidade socioambiental.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 24/11/2021

VALOR DAS EXPORTAÇÕES DO AGRONEGÓCIO REPRESENTA MAIOR ARRECADAÇÃO DA HISTÓRIA

Informação: Jornal da Band (24 de novembro de 2021)



<https://tv.uol/19JRh>

As exportações brasileiras do agronegócio já bateram recorde em 2021. De janeiro até agora, o valor total chega a 102,3 bilhões de dólares. Isso já é mais do que foi vendido para fora no ano passado todo.

A soja lidera a lista dos itens que mais arrecadaram (2,47 bilhões de dólares); seguida por carnes (1,51 bilhão de dólares); produtos florestais, como a celulose (1,20

bilhão de dólares); derivados da cana (910,9 milhões de dólares) e café (606,7 milhões de dólares).

No mês passado, o Brasil recebeu 8,84 bilhões de dólares pelos produtos exportados do campo. Isso representa 10% a mais do que o mesmo mês do ano passado.

Marcos Fava Neves, professor da FEARP (Faculdades de Administração da Universidade de São Paulo em Ribeirão Preto) e da FGV (Fundação Getúlio Vargas), destaca como isso influencia até em outros setores da sociedade.

“Somos fornecedores de comida, bioenergia e outros agros para o mundo. Esse dinheiro todo ajuda as pessoas a encontrar emprego. Isso que é fundamental”, analisou Marcos.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 24/11/2021

ANTT E ANTAQ REALIZAM OPERAÇÃO SOLARIUM EM ÁREAS PORTUÁRIAS

Informação: ANTT (24 de novembro de 2021)



Objetivo da iniciativa é verificar atendimento do piso mínimo do frete e das exigências quanto ao transporte rodoviário de cargas – Foto: ANTT

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) realizarão, até o dia 26/11, a Operação Solarium. As ações fiscalizatórias, que começaram no início deste mês, estão acontecendo nos principais portos nacionais, sejam marítimos ou fluviais. As equipes foram distribuídas em 20 instalações portuárias. Além disso, os fiscais irão vistoriar 35 postos de pesagens que a ANTT administra,

aumentando a abrangência da operação.

O principal objetivo da operação, que conta com a participação da Polícia Rodoviária Federal (PRF), é a verificação do atendimento do piso mínimo do frete, o transporte de produtos perigosos, a regularidade dos cadastros e documentações vinculadas ao serviço de transporte e o registro nacional do transportador rodoviário de cargas (RNTRC).

“A ideia é reforçar essa parceria, trocar informações entre as agências e atingir nosso principal objetivo: fiscalizar, de forma integrada, para assegurar ao usuário a adequada prestação de serviços de transporte terrestre”, enfatizou o superintendente de Fiscalização. Para o diretor-geral, Rafael Vitale, essas integrações são muito ricas e fundamentais para aprimorar e garantir a qualidade do serviço. “Quem ganha é o usuário de transportes, seja terrestre ou aquaviário”, destacou.

OPERAÇÃO SOLARIUM. A palavra Solarium (ou solário) vem do latim: solaris = do sol; arium = ligado a; ou seja, um espaço ligado ao sol. Nessa linha a ANTT busca levar a presença do Estado, na figura desta Agência, para trazer a luz da fiscalização em áreas tradicionalmente conturbadas.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

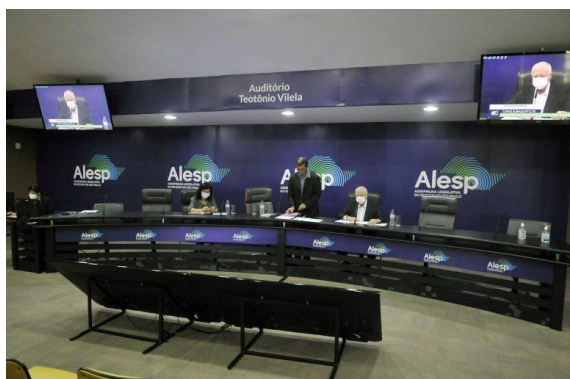
Data: 24/11/2021

CPI DAS CAVAS SUBAQUÁTICAS SOLICITA À CETESB ESTUDO AMBIENTAL QUE LIBEROU OBRA NO PORTO DE SANTOS

Informação: ALESP (24 de novembro de 2021)

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das Cavas Subaquáticas aprovou, em reunião nesta terça-feira (23/11), um requerimento à Cetesb (Companhia Ambiental do Estado de São Paulo) solicitante o encaminhamento do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e do Relatório de Impacto

Ambiental (Rima) relativos ao licenciamento ambiental que autorizou a instalação da cava subaquática no Canal de Piaçaguera.



Prorrogação dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito também é aprovada – Foto: Marianna Bonaccini

O EIA/Rima é um dos principais instrumentos utilizados para o planejamento ambiental e avaliação de impactos ambientais. Nele devem constar os pontos positivos e negativos dos meios físico, biótico e socioeconômico das localidades da implementação do projeto. Além de definir também mecanismos de compensação e mitigação dos danos previstos em decorrência da implementação, neste caso, da Cava

Subaquática do Casqueiro (CAD), no Canal de Piaçaguera, em Cubatão.

Na reunião, também foi aprovado o requerimento que efetiva a prorrogação dos trabalhos da CPI. O presidente da comissão e relator do requerimento, Barros Munhoz (PSB), explicou a solicitação. “Hoje aprovamos a prorrogação por mais dois meses, porque sem dúvida alguma até o dia 5 de dezembro, que é o prazo, seria absolutamente impossível terminar”, disse.

Além disso, outros cinco requerimentos foram aprovados. Representantes da Cetesb, dos ribeirinhos de pesca localizados nas proximidades da cava e o responsável pela Ilha das Cobras Empreendimentos Imobiliários, também relacionado a CAD, foram convidados a fim de contribuir com os trabalhos da CPI.

Também participaram da reunião os deputados Cezar (PSDB), Delegado Olim (PP), Estevam Galvão (DEM), Professor Walter Vicioni (MDB) e Ricardo Madalena (PL). A próxima reunião da comissão foi marcada para a próxima terça-feira, dia 30 de novembro, às 10h.

O que é uma cava subaquática?

Cava subaquática é uma cratera aberta debaixo da água para despejo de sedimentos, lixo e materiais contaminados. A cava feita no estuário entre Santos e Cubatão é maior que o estádio do Maracanã, com dimensões de 400 metros de diâmetro por 25 metros de profundidade, e está preenchida por cerca de 2,4 bilhões de litros de sedimentos.

Cava Subaquática do Casqueiro

A cava foi aberta entre Santos e Cubatão e escavada sob responsabilidade da Usiminas e da VLI, empresa de logística da Vale, em 2017 para despejo de material retirado durante a dragagem (desassoreamento do fundo de canais) do canal de Piaçaguera.

Entretanto, antes da década de 70 não existiam políticas de prevenção aos dejetos altamente contaminados por metais pesados que circulavam pela região, o que perpetuou a concentração desses sedimentos no fundo do estuário durante as décadas de 60 e 70.

Esse processo ocorreu devido às atividades industriais que estavam mais afastadas da costa, sendo o canal de Piaçaguera aberto para possibilitar a navegação das embarcações que levavam matéria-prima à Cosipa (Companhia Siderúrgica Paulista), por exemplo, e que voltavam à costa com material acabado.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 24/11/2021



DP WORLD SYDNEY BATE RECORDE DE TEU

Informação: Port Technology (24 de novembro de 2021)

A DP World Sydney administrou com sucesso seu milionésimo contêiner no início de novembro de 2021, quebrando seu recorde anual de TEU e apoiando seu forte desempenho contínuo em 2021.

O marco foi registrado em 345 embarcações, com uma troca média de 1.793 unidades. No geral, isso aumentou a produtividade do terminal com relação ao ano anterior em 10% e o volume com relação ao ano anterior em 15%.

“O impacto da pandemia colocou uma pressão considerável nas cadeias de abastecimento globais, mas a DP World Australia continuou a fornecer um desempenho operacional consistente, com pequenos atrasos nas programações de embarque,” disse Andrew Adam, CEO da DP World Australia.

“Com a conclusão das negociações do Enterprise Agreement 15 meses atrás, a DP World Australia continua liderando o mercado em produtividade e continua comprometida com nossos clientes e garantindo a confiabilidade do serviço para a cadeia de abastecimento australiana. Estou orgulhoso que a DP World Sydney apoiou a economia de NSW, contribuindo para o manuseio de um aumento de 12,5% no volume até agora por meio dos terminais de contêineres em Port Botany.”

Scott Eadie, Gerente Geral de Operações da DP World Sydney, acrescentou “Apesar de um ano desafiador devido ao COVID-19 e aos atrasos na cadeia de fornecimento global, a DP World Sydney está orgulhosa por ter ultrapassado este marco significativo. É um crédito para toda a nossa força de trabalho, que estabeleceu novos recordes de produtividade ao trabalhar 24 horas por dia para manter a movimentação de cargas críticas.”

A operadora do terminal também assinou um acordo com o OASIS Group para estabelecer um novo hub de distribuição em London Gateway. O acordo fará com que o Grupo OASIS assuma um contrato de arrendamento de longo prazo para um armazém de 108.973 pés quadrados, que será usado para fornecer serviços de gerenciamento de informações a seus clientes no Reino Unido e na Europa.

A construção deste novo centro de distribuição começará na primavera de 2022 e está programada para ser concluída em outubro de 2022.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 24/11/2021

ANUNCIADO NOVO INVESTIMENTO PARA O PORTO DO ITAQUI

Informação: EMAP - Porto do Itaqui (24 de novembro de 2021)

O plano de expansão do Porto do Itaqui obteve mais um avanço na última semana, com a qualificação de uma área brownfield (terminal já existente e em operação) para arrendamento por meio do PPI – Programa de Parcerias de Investimentos. Trata-se do IQI14, que abrange a área de 43,404 mil metros quadrados dedicado à movimentação e armazenagem de grãos líquidos combustíveis, atualmente arrendado para a Petrobras.

“A exemplo do sucesso que tivemos no início do ano, com o leilão dos terminais IQIs 03, 12 e 13, este é mais um passo importante para a consolidação do Porto do Itaqui como um grande hub regional de combustíveis. É um projeto brownfield que terá seu contrato renovado com previsão de investimentos em ampliação”, afirmou o presidente da EMAP – Empresa Maranhense de Administração Portuária, Ted Lago. “É mais desenvolvimento, mais arrecadação e mais geração de empregos para o Maranhão”, completou.



O anúncio foi publicado no Diário Oficial da União na quinta-feira, 18. Além do Itaqui, foram qualificados outros sete terminais nos portos de Porto Alegre, Santos, Rio de Janeiro, Salvador, Ilhéus e Mucuripe.

Na prática, o anúncio significa que esses empreendimentos são prioritários para a realização de leilões, com investimentos da iniciativa privada. A expectativa é de que esses leilões ocorram no segundo semestre de 2022.

Os estudos necessários para definição dos valores de investimento para instalação desse novo terminal no porto público do Maranhão estão sendo desenvolvidos pela EPL. Atualmente a área está ocupada pela Transpetro e BR Distribuidora (VIBRA).

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 24/11/2021

GUARDA PORTUÁRIA DE SANTOS TERÁ SISTEMA FEDERAL DE INTELIGÊNCIA

Informação: Santaportal (24 de novembro de 2021)

O Sistema Federal de Inteligência – CórTEX será implementado na Guarda Portuária de Santos. O sistema foi apresentado pelo deputado Danilo Balas (PSL), que junto de representantes do Ministério da Justiça fecharam parceria com a Guarda Portuária para trazer mais segurança.

O sistema integra operações e monitoramento de segurança em todo o território nacional. A plataforma está vinculada ao Ministério da Justiça e usa, de forma rápida, milhares de informações dos próprios órgãos públicos e câmeras viárias, além de ser totalmente gratuito para os municípios, segundo o deputado.

O encontro para a apresentação do sistema aconteceu na sede da Guarda Portuária na última quinta-feira (18), e contou com a presença do Superintendente da Guarda Portuária, Wagner Pinheiro de Almeida; o Gerente de Planejamento, José Eduardo Florido Turcato; e o Gerente de Operações, Robson Gomes Santos.

Os representantes da Guarda Portuária se prontificaram a assinar o termo de adesão para a implementação do sistema CórTEX/MJ.

O Deputado também esteve no Centro de Comando e Operações (CCO) da Prefeitura Municipal de Santos, onde apresentou a plataforma para o Prefeito Rogério Santos, o Secretário de Planejamento e Inovação, Fábio Ferraz; o Secretário de Segurança, Sérgio Del Bel Júnior; e o Diretor do Centro de Controle Operacional (CCO), Paulo Roberto de Oliveira Souza; e representantes de outras cidades litorâneas (Peruíbe, Itanhaém, São Vicente, Cubatão, Guarujá, Bertioga, Caraguatatuba e Ubatuba), entre eles, policiais, guardas municipais, vereadores e secretários municipais.

Representaram o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) o Delegado da Polícia Federal Bráulio Melo e o Major da Polícia Militar do Estado de São Paulo, Eduardo Fernandes, que foi o idealizador do Sistema CórTEX, que atualmente trabalha no Ministério da Justiça.

Santos já anunciou sua adesão ao novo sistema de monitoramento federal. Na última terça-feira (16), a cidade de Sorocaba, no interior paulista, assinou o acordo de cooperação com o Ministério da Justiça.

Anualmente, o Porto de Santos movimenta cerca de 130 milhões de toneladas de diversas cargas. Possui 16 km de cais e é a Guarda Portuária que faz a segurança em todo o perímetro do Porto de Santos. Em 2020, cerca de 4 milhões de pessoas passaram pelo porto, que está a apenas 70 km da capital paulista.

“Estou atuando junto ao Governo Federal para levar aos municípios paulistas o que o Ministério da Justiça tem de melhor: o Sistema Federal de Inteligência denominado CórTEX. O Estado de São Paulo é gigante e a Baixada Santista tem grande importância na economia do país. Com a assinatura dos acordos de cooperação técnica com as cidades e também com a Guarda Portuária, o Estado de São Paulo só tem a ganhar. Agradeço aos representantes do Ministério da Justiça e, em especial, nosso Presidente Jair Bolsonaro por apoiar os municípios do interior de São Paulo e de todo o país”, afirmou o Deputado Estadual Danilo Balas.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 24/11/2021



GAZETA WEB.COM - AL

PORTO DE MACEIÓ COMEÇA OPERAÇÃO DE EXPORTAÇÃO DE MINÉRIO DE COBRE PARA A CHINA

Mais de 40 pessoas estão trabalhando no carregamento do navio, que fará o transporte de 10,5 mil toneladas pelo oceano

*Por Rayssa Cavalcante**



Carga é de responsabilidade da Vale Verde, empresa instalada em Craíbas

Nesta semana, a operação de exportação de minério de cobre de Alagoas para a China começou a ser feita pelo Porto de Maceió. Anteriormente, a ação era realizada no porto de Sergipe, mas, devido a uma negociação, a nova administração chegou a esta nova solução, permitindo o embarque local.

A carga é de responsabilidade da Vale Verde, empresa instalada no município de Craíbas, no interior de Alagoas, e pertence ao Grupo Appian Brazil. Ao todo, 45 pessoas estão trabalhando no carregamento do navio, que fará o transporte de 10,5 mil toneladas pelo oceano.



O administrador do Porto, Dagoberto Omena, afirmou que a operação cria um novo cenário de negócios em Alagoas. “Não tinha lógica que uma operação de extração deste porte e feita dentro do nosso estado não seja escoada por aqui, com o nosso porto disponível e com toda estrutura. Conseguimos então atrair a operação para o Porto de Maceió para o fornecimento desse serviço, mostrando quais vantagens nós temos, inclusive, com economia da mineradora no deslocamento rodoviário”, disse.

Porto de Maceió começa operação de exportação de minério de cobre para a China - Foto: Assessoria

Ainda segundo Omena, a previsão é que um navio com a mesma quantidade de minério chegue ao Porto a casa dois meses. “Desde o início da operação eles estavam estocando o cobre em



dois galpões nossos e agora estamos acompanhando a primeira exportação desse cobre para China."

Já o deputado Sérgio Toledo destacou que a importância do cobre para a revolução energética com a alta demanda dos veículos elétricos, menos poluentes e mais eficazes para o meio ambiente.

*com informações da assessoria.

Fonte: *Gazetaweb.com – AL'*

Data: 24/11/2021

ISTOÉ Dinheiro

ISTOÉ - DINHEIRO

PACHECO ANUNCIA VOTAÇÃO ACELERADA DA DESONERAÇÃO PARA SETORES QUE MAIS EMPREGAM

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), disse nesta quarta-feira, 24, que o projeto que prorroga a desoneração da folha de pagamento dos 17 setores que mais empregam terá tramitação acelerada no Senado. De acordo com o mineiro, o projeto não deverá passar pela análise de comissões e irá direto ao plenário. "É muito provável que ele vá direto ao plenário do Senado", disse.

Se o Senado aprovar o texto sem mudar o que foi aprovado pela Câmara, o projeto é enviado para sanção presidencial. De acordo com o presidente do Senado, o relator da proposta deve ser o senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB). "É um senador muito preparado. Certamente vai fazer um bom trabalho em um tema muito importante que eu defendo, que é a desoneração da folha de 17 setores com alta empregabilidade", disse Pacheco.

O senador de Minas não falou sobre data para votar o texto, mas disse que o Senado espera o prazo regimental de cinco sessões entre a aprovação pela Câmara, o que vai acontecer na próxima semana.

A pedido do governo, o relator na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, deputado Marcelo Freitas (PSL-MG), mudou o texto original e diminuiu a extensão do benefício que reduz o encargo cobrado sobre os salários para dois anos em vez dos cinco propostos inicialmente.

O modelo de simplificação tributária está em vigor desde 2011 e beneficia as empresas ao diminuir encargos trabalhistas. O prazo atual para o fim da medida é até 31 de dezembro deste ano.

Defensores do texto apontam a necessidade da desoneração para evitar demissões. Juntos, os 17 setores (incluindo call center, comunicação, tecnologia da informação, transporte, construção civil, têxtil) empregam 6 milhões de trabalhadores.

A desoneração ganhou impulso após a aprovação pela Câmara da proposta de emenda à Constituição (PEC) dos precatórios, que adia o pagamento das dívidas que o governo é obrigado judicialmente a fazer e muda o cálculo do teto de gastos. A PEC foi criada para permitir a reformulação do Bolsa Família, o Auxílio Brasil, mas governistas também citaram ela como condição para a desoneração ser prorrogada.

Com a aprovação da proposta que abre espaço fiscal, o presidente Jair Bolsonaro se pronunciou publicamente favorável à prorrogação por mais dois anos.

Fonte: *IstoÉ - Dinheiro*

Data: 24/11/2021

PEC DOS PRECATÓRIOS SERÁ VOTADA NA PRÓXIMA 3ª NA CCJ DO SENADO

Por Maria Carolina Marcello



Líder do governo no Senado, Fernando Bezerra, em Brasília

BRASÍLIA (Reuters) – A votação da PEC dos Precatórios na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado deve ocorrer no dia 30 deste mês, data definida após pedido de vistas para dar mais tempo de discussão do parecer apresentado nesta terça-feira pelo líder do governo Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE).

O senador apresentou o relatório formalmente nesta terça à comissão e propôs sete alterações ao texto da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) já aprovado pela Câmara dos Deputados na tentativa de facilitar sua votação no Senado.

Promovidas na intenção de amenizar as resistências ainda pendentes na Casa, as mudanças incluem a definição do Auxílio Brasil de 400 reais como um programa social de caráter permanente, e a vinculação do espaço fiscal a ser aberto com a proposta –mais de 100 bilhões de reais– a despesas com o novo programa social, a gastos previdenciários e a mínimos constitucionais para a educação e a saúde, entre outros pontos.

“Diante da necessidade de prever, no arcabouço constitucional, um programa perene de enfrentamento à pobreza. Propomos, assim, a inclusão de alguns dispositivos para deixar claro que o Auxílio Brasil terá um caráter permanente, não obstante não possamos desde logo definir suas fontes de financiamento a partir do exercício de 2023”, afirmou Bezerra, no parecer.

Também na tentativa de angariar apoio, Bezerra firmou, no parecer, o compromisso de pagamento de precatórios do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) e prevê, ainda, que o Congresso Nacional possa acompanhar o pagamento dos precatórios.

Ainda assim, persistiram dificuldades entre os integrantes da CCJ, boa parte delas em relação à ausência de fonte de financiamento para tornar o Auxílio Brasil permanente. Por isso mesmo, senadores fecharam acordo para um pedido de vistas até a próxima semana, conferindo a Bezerra e ao governo mais tempo para negociar a proposta.

“Há pressa na votação, e nós temos interesse de ajudar. Somos a favor dos 400 reais. Agora, queremos saber se isso vai ser permanente, se isso é politiquero, porque as ações do governo em relação à economia não têm sido planejadas, pelo contrário, têm sido atropeladas com o discurso fanfarrão que nós temos na direção da economia, com discurso que não consegue explicar a quantidade de pessoas desempregadas, com o mesmo discurso do primeiro momento”, disse o senador Omar Aziz (PSD-AM), durante a reunião da CCJ nesta terça-feira.

O senador afirmou que deve discutir o parecer apresentado pelo líder do governo ainda nesta tarde.

Considerada prioritária pelo governo do presidente Jair Bolsonaro por permitir a abertura de espaço fiscal, a PEC modifica as regras de pagamento dos precatórios, dívidas do governo cujo pagamento foi determinado pela Justiça, e altera o prazo de correção do teto de gastos pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

A proposta pretende dar margem ao Executivo para colocar em prática o Auxílio Brasil em substituição ao Bolsa Família. A intenção de Bezerra é garantir a aprovação da PEC a tempo de permitir o pagamento do auxílio antes do Natal.

Fonte: IstoÉ - Dinheiro

Data: 24/11/2021

CAMPOS NETO DIZ QUE É IMPORTANTE PERSEGUIR META DE INFLAÇÃO, MAS RESSALTA LIMITAÇÕES

Por Marcela Ayres



O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, faz comunicado no Palácio da Alvorada

BRASÍLIA, 24 Nov (Reuters) – O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, afirmou nesta quarta-feira que a autoridade monetária entende que é muito importante perseguir a meta de inflação, mas compreendendo as limitações colocadas por uma crise quase sem precedentes.

Com a fala, Campos Neto relativizou a viabilidade do cumprimento do objetivo para 2022 num momento em que ele é visto com cada vez mais desconfiança pelo mercado, em contraste com a postura assumida pelo BC logo após a última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), em outubro, quando a mensagem era de que ainda via convergência à meta de inflação do ano que vem com o ritmo de aperto monetário adotado.

Em conferência promovida pelo Bank of America, Campos Neto disse nesta tarde que o BC começa a ver desancoragem nas expectativas de inflação à frente, com um nível de desancoragem para 2022 que tem ganhado terreno nas últimas semanas.

No boletim Focus mais recente, a estimativa para a inflação em 2022 subiu a 4,96%, ante meta central de 3,5%, com margem de 1,5 ponto para mais ou para menos.

Segundo Campos Neto, o BC tem sido transparente sobre como vê as pressões inflacionárias e sobre como está agindo.

“Achamos que é muito importante perseguir a meta de inflação, entendendo as limitações de uma crise que tem quase nenhum precedente, mas entendendo que a disseminação através das cadeias de preços tem sido muito mais intensa do que antecipávamos”, afirmou.

Questionado especificamente se a prioridade do BC ainda seria entregar a inflação de 2022 na meta e se o ciclo de aperto monetário para tanto precisaria ser encerrado até a reunião do Copom de março do ano que vem, Campos Neto não foi assertivo quanto à possibilidade de a missão ser atingida, ressaltando as dificuldades enxergadas pela autarquia.

“Temos destacado que o nosso objetivo é trazer a inflação para a meta. E também destacamos que os componentes qualitativos da inflação têm piorado muito mais que esperávamos”, disse ele, chamando atenção para o processo de propagação do aumento de preços.

“Também fomos surpreendidos sobre o quão persistentes alguns dos choques têm sido”, complementou.

De acordo com o presidente do BC, os bancos centrais podem cometer o erro de subir as taxas de juros muito rápido, o que pode atrapalhar a percepção sobre o impacto defasado da ação, ou muito devagar, o que acaba demandando taxas mais elevadas por mais tempo à frente.

“O objetivo é não cometer nenhum desses erros, é ter a compreensão de quais são os perigos de cair em qualquer desses lados, entendendo que os diferentes países veem esse dilema de forma diferente.”

“Se você tem um país que tem uma memória inflacionária mais vívida, você tende a acreditar que é muito importante assegurar que a desancoragem da inflação não comece a afetar os preços da economia de uma forma que crie uma inércia que é mais elevada e que poderia ter sido evitada por uma postura mais proativa”, disse.

Em outubro, o BC elevou a Selic em 1,5 ponto, ao nível atual de 7,75% ao ano, antevendo à época outro ajuste de igual magnitude na próxima reunião do Copom, que ocorre nos dias 7 e 8 de dezembro.

Parte das apostas do mercado, contudo, é de que um ajuste maior será necessário diante de um quadro inflacionário que mostrou-se mais desafiador e persistente, em meio a incertezas principalmente de cunho fiscal.

FISCAL

Sobre o panorama fiscal, Campos Neto voltou a avaliar que um prêmio de risco alto foi pago para desvio fiscal que não foi tão grande, em referência à mudança na regra do teto de gastos proposta na PEC dos Precatórios.

Na semana passada, ele já havia passado igual mensagem.

O presidente do BC também reforçou que houve melhora recente no resultado primário e frisou ser importante haver indicação, pelo governo, de qual será o arcabouço vigente para sinalizar a trajetória de gastos públicos adiante.

Fonte: IstoÉ - Dinheiro

Data: 24/11/2021

MONEY TIMES

MONEYTIMES

TEREOS ELEVA EM 30,6% MOVIMENTAÇÃO DE AÇÚCAR COM IMPULSO DE TERMINAIS DA VLI

Por Reuters



Os terminais não são de uso exclusivo da Tereos, mas o investimento garantiu à empresa sucroenergética a possibilidade de usar a capacidade estática de armazenagem nos ativos operados pela VLI (Imagem: REUTERS/Benoit Tessier)

A francesa Tereos movimentou 955 mil toneladas de açúcar em 12 meses até novembro deste ano pela rota ferroviária que leva o produto para exportação em Santos (SP), aumento de 30,6% ante o mesmo período anterior, quando a empresa ainda não contava com todas as melhorias em ativos logísticos que receberam investimentos feitos em parceria com a VLI.

O crescimento nos volumes movimentados, que têm como destino final o Tiplam, terminal de exportação de açúcar e grãos da VLI no porto de Santos, ocorreu apesar de uma quebra de safra de cana devido à seca e geadas.

O Tiplam é responsável pela exportação de 25% de todo o açúcar brasileiro via Santos, o principal porto para a commodity no país.

No complexo portuário, a integração com o modal ferroviário e a chegada de 100% da carga exportada pelos trilhos tornam o processo de escoamento mais ágil.

“Além do aumento do potencial de volume a ser exportado e do ganho de eficiência nas operações, a parceria com a VLI também vem ao encontro das iniciativas da Tereos em sustentabilidade, já que com o transporte ferroviário, reduzimos as emissões de gases de efeito estufa”, disse o diretor-presidente da Tereos no Brasil, Pierre Santoul.



O Tiplam é responsável pela exportação de 25% de todo o açúcar brasileiro via Santos, o principal porto para a commodity no país (Imagem: REUTERS/Juan Carlos Ulate)

A eficiência aumentou após VLI e Tereos inaugurarem dois armazéns de açúcar construídos nos terminais de Santos e na cidade de Guará (SP), frutos da parceria estabelecida pelas empresas, no valor de 205 milhões de reais, com capacidade

para 240 mil toneladas.

Os terminais não são de uso exclusivo da Tereos, mas o investimento garantiu à empresa sucroenergética a possibilidade de usar a capacidade estática de armazenagem nos ativos operados pela VLI.

“Este fluxo simboliza tanto a integração de modais quanto o atendimento desde a origem da carga até o porto, diretrizes logísticas sob as quais a atuação da VLI é embasada”, disse diretor Comercial da VLI, Sebastião Furquim, em nota divulgada primeiro à Reuters.

As construções fazem parte do acordo de longo prazo assinado pelas duas empresas em junho de 2018, com investimentos de 145 milhões de reais por parte da Tereos e 60 milhões de reais pela VLI, e que prevê uma capacidade de transporte de 1 milhão de toneladas de açúcar bruto por ano.

Em maio de 2019, a Tereos, hoje uma das principais clientes da VLI em açúcar, já começou a embarcar o volume integral do seu produto pelo sistema ferroviário integrado.

A VLI explicou que com o novo armazém em Guará aumentou em 300% a capacidade do ativo. Já no Tiplam, onde dois armazéns eram utilizados, agora há um terceiro.

“Antes dos dois novos armazéns, a operação funcionava em um equilíbrio próximo do 1 para 1. Ou seja, para entrar carga nova no sistema, quantidade similar seguia o fluxo. Agora foi expandida substancialmente a capacidade dentro deste sistema, sendo possível ter uma flexibilidade muito maior nas operações”, destacou.

Fonte: MoneyTimes
Data: 24/11/2021



AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

PPSA ESTIMA INVESTIMENTO DE US\$ 99 BILHÕES PARA 27 NOVAS PLATAFORMAS NO PRÉ-SAL DA PARTILHA DE PRODUÇÃO

Por epbr - 24 de novembro de 2021 - Em Comece seu Dia, Newsletter

O desenvolvimento da produção dos atuais contratos de partilha da produção com os excedentes da cessão onerosa dos campos de Sépia e Atapu, que serão licitados pela ANP em 17 de dezembro, vão demandar US\$ 99 bilhões até 2031, com demanda para novas 27 plataformas de produção do tipo FPSO e a perfuração de 416 poços.

— A estimativa é da Pré-Sal Petróleo SA (PPSA), que apresenta os dados no 4º Fórum Técnico Pré-Sal Petróleo. Acompanhe ao vivo

— O estudo considera FPSOs com capacidade entre 120 mil e 220 mil barris/dia e projeta investimentos para três anos anteriores ao primeiro óleo e no ano do primeiro óleo. Indica ainda um poço produtor para cada 20 mil barris de capacidade do FPSO. Para cada poço produtor, um poço injetor, além de um poço exploratório por projeto.

— Em 2031, os projetos de partilha da produção vão responder por dois terços da produção total de petróleo e gás do país, algo em torno de 3,4 milhões de barris por dia, sendo 1 milhão de barris por dia a parcela da União. A produção acumulada da União em dez anos deve totalizar 1,5 bilhão de barris, que devem gerar US\$ 116 bilhões em receita entre 2022 e 2031.

— O resultado de todos os investimentos previstos é o pagamento de US\$ 92 bilhões em royalties e US\$ 77 bilhões em tributos federais. O total de receitas para os cofres públicos entre 2022 e 2031 é estimado em US\$ 285,1 bilhões.

Bolsonaro quer rever política de preços da Petrobras O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) voltou a criticar nessa terça (23/11) a política de preços de combustíveis da Petrobras, baseada no Preço de Paridade de Importação (PPI). Ele disse que o governo está buscando rever a regra, informa a Reuters.

— Bolsonaro também defende a aprovação no Congresso do projeto de lei que fixa um valor para o ICMS incidente sobre os combustíveis, que agora está no Senado.

— Também nessa terça (23/11), o presidente da Petrobras, Joaquim Silva e Luna, participou de audiência pública da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado sobre os preços dos combustíveis. Silva e Luna atribuiu os aumentos da gasolina, do diesel e do gás de cozinha uma série de fatores, mas os senadores questionaram a política de preços da empresa, segundo a Agência Senado.

— A CAE pretende votar na próxima semana o projeto de lei 1.472/2021, do senador Rogério Carvalho (PT/SE), que altera a política de preços da Petrobras. O relator da matéria, senador Jean Paul Prates (PT/RN), propôs a criação de um sistema de banda móvel de preços, controlado pelo governo, para reduzir a volatilidade nas bombas.

— Na audiência de ontem, vários senadores se manifestaram favoráveis ao projeto. Porém, não houve consenso em relação à fonte de recursos para o novo fundo. O texto original propõe um



imposto sobre a exportação de óleo bruto, medida que é criticada pelo Ministério de Minas e Energia (MME) e também pela Petrobras.

Gasolina e diesel estáveis Após seis semanas de alta, os preços de gasolina e diesel registraram estabilidade nos postos, segundo o levantamento da ANP entre 14 e 20 de novembro. O preço médio do litro de gasolina ficou em R\$ 6,752, um décimo de centavo a menos que na semana anterior, enquanto o do diesel se manteve em R\$ 5,356, disse a CNN.

— O custo médio do litro da gasolina supera R\$ 7 em oito estados. O Rio de Janeiro é onde o valor é mais elevado: R\$ 7,30. Já em São Paulo, o produto sai a R\$ 6,406. Uma diferença de quase 14%.

— O menor preço registrado para a gasolina foi encontrado em São Paulo: R\$ 5,299. Já no Rio Grande do Sul, alcança até R\$ 7,999, seguido pelo Rio, com R\$ 7,959.

Petrobras bate recorde de movimentação de GNL A Petrobras atingiu, em 4 de novembro de 2021, o recorde de 104 operações de transbordo de cargas de GNL entre embarcações através de seus terminais de regaseificação. A marca superou os 103 procedimentos registrados em 2014. Até o final de 2021, a expectativa é chegar a 120 transbordos.

— O aumento do número de operações reflete o crescimento das importações de GNL pela Petrobras este ano, de modo a ampliar a oferta de gás natural e garantir o atendimento aos seus compromissos no atual cenário de crise hídrica nacional.

— Desde 2009, data de inauguração do primeiro terminal de GNL do Brasil, foram realizadas 716 operações.

O petróleo fechou em alta nessa terça (23/11), mesmo após os EUA e outros países anunciarem que vão liberar reservas estratégicas da commodity com o objetivo de reduzir os preços. Na avaliação de analistas, essas medidas devem ter efeito limitado nas cotações.

— O Brent para janeiro subiu 3,27% (US\$ 2,61), a US\$ 82,31 por barril, e o WTI para o mesmo mês encerrou com ganho de 2,28% (US\$ 1,75), a US\$ 78,50. Estadão

Mudanças na Diretoria Executiva da Cosan A partir de 2 de janeiro de 2022. Marcelo Eduardo Martins assumirá a posição de vice-presidente de Estratégia da Cosan (CSO). Em função da mudança, o cargo de diretor vice-presidente Financeiro e Relações com Investidores da companhia passará a ser ocupado por Ricardo Lewin.

— Desde 2017, Lewin ocupa o cargo de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Rumo, controlada da Cosan. Ele foi diretor de fusões e aquisições na companhia por nove anos. Antes de entrar no grupo, trabalhou na Votorantim Cimentos, no Banco BBV e no Banco Itaú.

Privatização da Eletrobras Em entrevista à CNN, o secretário especial de Desestatização do Ministério da Economia, Diogo Mac Cord, disse que nada mudou na estratégia de privatização da Eletrobras. A empresa atualizou o cronograma, prevendo agora que a operação de “follow-on” ocorra até maio de 2022.

— A área técnica do Tribunal de Contas da União (TCU), que agora analisa o processo, teria encontrado inconsistências nos dados da operação e fez várias recomendações ao Ministério de Minas e Energia (MME). Além disso, o relator, ministro Aroldo Cedraz, não pretende liberá-lo para o plenário até 8 de dezembro, último dia de trabalho do TCU em 2021, o que pode atrasar a venda da estatal elétrica.

— “O que eu posso garantir é que absolutamente nada mudou na estratégia de privatização da Eletrobras. É público tudo o que tem sido feito nesse projeto. Então, nada mudou na estratégia. O



Tribunal de Contas da União tem essa atribuição constitucional de validar esses projetos. Isso é algo normal e que faz parte do processo”, afirmou Mac Cord.

Chesf lança programa de modernização O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, participou nessa terça (23/11) da solenidade de lançamento do Programa de Modernização das Instalações de Geração da Chesf, em Paulo Afonso (BA). Com investimento total de R\$ 1,5 bilhão, o objetivo é garantir maior eficiência, disponibilidade de energia elétrica e confiabilidade operacional.

— Serão modernizadas as usinas de Sobradinho e Paulo Afonso IV, na Bahia, Luiz Gonzaga, em Pernambuco, e Xingó, em Sergipe. Os investimentos vão ser aplicados em 12 hidrelétricas, três parques eólicos, 130 subestações e mais de 20 mil quilômetros de linhas de transmissão.

Vibra e CEA fecham acordo A Vibra informou ao mercado o implemento das condições previstas no Acordo de Renegociação de Dívida com a Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA), com a assinatura do Contrato de Compra e Venda de Ações e outras avenças da CEA para a transferência de controle acionário da distribuidora de energia elétrica, decorrente da privatização.

— O acordo gera impacto positivo no resultado da Vibra de cerca de R\$ 353 milhões, sendo:

- R\$ 169 milhões de uma primeira parcela de R\$ 71,8 milhões e mais 23 parcelas mensais de R\$ 4,2 milhões, acrescidas de atualização monetária equivalente à variação do CDI + 2,7% ao ano, incidentes sobre o saldo devedor; e
- R\$ 184 milhões pela cessão de recebíveis da Aneel, sujeitos à atualização monetária, que estão sendo pagos mensalmente à CEA até dezembro de 2021 e serão objeto de cessão total à Vibra.

— O acordo também encerra litígio fiscal com o governo do Amapá.

Minas Gerais alcança 2 GW solares Minas Gerais alcançou a marca de 2 GW em operação da fonte solar. O valor inclui a geração centralizada (631,16 MW) e distribuída (1.384,21 MW).

— A meta do governo do estado para o ano, de 1,75 GW, foi superada e alcançou a potência que estava prevista apenas para o fim de 2022. Dos 853 municípios mineiros, mais de 99% têm geração distribuída de fonte solar fotovoltaica. Já a geração centralizada está concentrada na região Norte do estado.

Leilão de transmissão em 2022 A Aneel aprovou nessa terça (23/11) a abertura da Consulta Pública nº 071/2021, do edital do Leilão de Transmissão nº 1/2022. A licitação está marcada para 30 de junho de 2022, na B3, em São Paulo. A consulta será aberta na sexta (26/11).

— O leilão vai ofertar 13 lotes para a construção e a manutenção de 4.545 km de linhas de transmissão e de 5.410 MVA em capacidade de transformação de subestações. A expectativa de investimento é de R\$ 9,5 bilhões.

Universalização A Aneel também aprovou nessa terça (23/11) uma nova resolução normativa que estabelece regras para acompanhamento e fiscalização dos planos de universalização dos serviços de distribuição de energia elétrica.

— A mudança consolida atos normativos vigentes em uma única resolução. Com o novo formato, foram revogadas 13 outras resoluções.

Iluminação pública A Prefeitura de Jaboação dos Guararapes (PE) iniciou nessa terça (23/11) consulta pública para o projeto de iluminação da cidade, estruturado com apoio do BNDES. A

consulta estará disponível no site da Empresa Municipal de Energia e Iluminação Pública até 23 de dezembro.

— O projeto é uma Parceria Público-Privada (PPP) que prevê investimentos de mais de R\$ 84 milhões ao longo de 22 anos, com modernização integral para tecnologias mais avançadas dos quase 47 mil pontos de luz da cidade, que tem 700 mil habitantes.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 24/11/2021

MANDATO DE BIODIESEL EM DISCUSSÃO NO CNPE

Por Nayara Machado 23 de novembro de 2021 Em Biocombustíveis, Diálogos da Transição, Política energética

*Editada por Nayara Machado
nayara.machado@epbr.com.br*

O Conselho Nacional de Política Energética discute desde ontem (22) qual será o mandato de biodiesel em 2022, quando acabam os leilões bimestrais.

A definição do percentual é urgente. Com a mudança no modelo de comercialização, produtores e distribuidoras precisam começar a firmar contratos de venda e compra do biocombustível para abastecer o país em janeiro e fevereiro, mas a demanda ainda é desconhecida.

Pelo cronograma atual, a mistura obrigatória do biocombustível ao diesel deveria estar em 13% (B13), e subir um ponto percentual em março do ano que vem.

Mas, na prática, ela ficou reduzida durante a maior parte do ano, sob a justificativa de impacto no custo do diesel vendido ao consumidor final.

No último leilão, realizado em outubro para abastecer o mercado em novembro e dezembro, o percentual obrigatório ficou em 10% (B10).

Há uma pressão de diversos elos da cadeia para que a mistura obrigatória continue no B10.

Alegando problemas de qualidade no biodiesel, relatados pelos principais usuários de diesel, os transportadores, a Confederação Nacional do Transporte (CNT) pede a manutenção do teor de 10% de biodiesel “até verificação e validação positiva” de novos testes em motores do ciclo Diesel.

Também defende a entrada de novas rotas tecnológicas de combustíveis renováveis, como o diesel renovável.

Mesma agenda da Anfavea (montadoras), Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP) e Fecombustíveis (revenda).



quarta - Foto: Bruno Spada / MME

O movimento preocupa produtores, que defendem a qualidade do produto e temem por uma quebra no setor caso o mandato retroceda e diesel renovável e biodiesel importado entrem na disputa pelo mercado, como querem os outros agentes.

Reunião do CNPE nesta segunda (22) discutiu mistura obrigatória de biodiesel. Decisão deve ficar para



Até o fechamento desta edição, o Ministério de Minas e Energia não respondeu ao pedido de posicionamento sobre o mandato ou quando o CNPE deve apresentar uma definição. O espaço segue aberto.

Emissão de CBios supera meta. No acumulado do ano até a segunda quinzena de novembro, o mercado somou a emissão de 26,67 milhões de créditos de descarbonização (CBios), superando em 7,1% a meta anual de emissões no âmbito do programa RenovaBio, de 24,9 milhões de títulos, aponta relatório do Itaú BBA.

“Houve uma boa recuperação e os preços médios das negociações na primeira quinzena se recuperaram e apresentaram tendências de alta, com valores fechando próximos da máxima do ano”, diz o banco.

Entretanto, o preço médio do crédito, que equivale a uma tonelada de carbono evitada, está em R\$ 35,82, abaixo dos R\$ 43,41 registrados no ano passado.

A emissão de CBios, por sua vez, somou 900 mil títulos na primeira quinzena do mês, ante 2,65 milhões de créditos emitidos em novembro de 2020.

A quantidade de títulos disponíveis é de 23,4 milhões. Do total, 75% estão nas distribuidoras, 24% nas produtoras e 1% em partes não obrigadas. O volume de CBios aposentados no acumulado do ano totaliza 6,1 milhões. Reuters

Também aguardando uma definição, o mercado regulado de carbono brasileiro tramita na Câmara em regime de urgência.

Foi pautado no Plenário ao longo da última semana e o setor empresarial conta com mudanças no texto apresentado pela relatora, deputada Carla Zambelli (PSL/SP).

A matéria também foi apensada ao PL 290/2020, que trata da compensação ambiental da geração de energia elétrica e a certificação de créditos de carbono para empreendimentos de geração por fontes alternativas.

“O apensamento com o PL 290/20 prevê metas claras para o setor de energia, uma coisa que o PL 528/21 em si não traz ainda, deixa para regulamentação posterior pelo órgão que será criado para escrituração dos créditos e eventualmente pela regulamentação via decreto”, explica Pietro De Biase, advogado da área ambiental do Vieira Rezende Advogados.

Ele avalia o movimento para estabelecer metas no setor de energia como uma forma de “tentar reparar um pouco” as políticas do governo de incentivo às térmicas a carvão.

Preços de crédito de carbono na Austrália atingem alta recorde. Segundo a S&P Global Platts Analytics, um sentimento positivo pós-COP26 tem levado os preços a patamares recordes.

As unidades de crédito de carbono da Austrália, ou ACCUs, alcançaram um recorde de US\$ 27,63/mtCO₂e em 17 de novembro. Os preços subiram mais de 95% desde o início de julho, acompanhando a demanda global por créditos de carbono desde a segunda metade do ano.

O país tem expandido os tipos de projetos elegíveis para gerar ACCUs, abrangendo cada vez mais novas tecnologias e métodos. O governo também implementou políticas para simplificar as práticas de registro e comercialização para reduzir as barreiras de entrada no mercado.

Isso atrai agricultores locais para fornecer ACCUs de reflorestamento, sequestro de carbono do solo e outros métodos, dizem os analistas da Platts.

Crédito para hidrogênio nos EUA. Um crédito fiscal de dez anos no valor de até US\$ 3 por quilo de hidrogênio limpo foi aprovado pela Câmara dos Estados Unidos na sexta (18) como parte do projeto de lei Build Back Better de Joe Biden.

Quanto mais limpo o hidrogênio produzido, maior o crédito tributário recebido pelos produtores. Um dos objetivos é tornar o H2 derivado de energia renovável mais barato do que o hidrogênio cinza, feito a partir de gás natural.

O plano de gastos de US\$ 2 trilhões de Biden ainda precisa passar pelo Senado, onde as chances de aprovação ainda são incertas.

Uma característica central do projeto de lei é o aporte de mais de US\$ 500 bilhões em medidas destinadas a abandonar a dependência de combustíveis fósseis, e os investimentos em hidrogênio constituem uma parte considerável desse total.

Enquanto isso... Joe Biden decidiu, enfim, liberar as reservas estratégicas de óleo dos EUA, para conter a escalada dos preços da commodity. Com a perspectiva de maior oferta, os preços recuaram nesta terça (23). A Casa Branca tem pressionado a OPEP+ para elevar a oferta e conter o choque que pressiona a inflação global.

Delta e BTG firmam acordo para SAF. A Delta Air Lines e o BTG Pactual anunciaram um acordo de combustível sustentável de aviação (SAF, sigla em inglês), o primeiro da Delta na América.

O uso do SAF representará uma redução nas emissões do ciclo de vida de aproximadamente 30 toneladas de CO2 das viagens aéreas, em comparação com o uso do combustível de aviação convencional.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 24/11/2021



JORNAL O GLOBO – RJ

ARRECADAÇÃO FEDERAL BATE R\$ 178,7 BI EM OUTUBRO, SEGUNDO MELHOR RESULTADO PARA O MÊS

Resultado representa avanço de 4,92% em relação ao mesmo período do ano anterior, já descontada a inflação

Por Fernanda Trisotto

BRASÍLIA – A arrecadação federal bateu R\$ 174,742 bilhões em outubro, de acordo com dados da Receita Federal. O número registra um avanço de 4,92% em relação ao mesmo período do ano anterior, já descontada a inflação. Os dados foram divulgados nesta quarta-feira.

O resultado de outubro é a segunda melhor marca para o mês registrada na série histórica da Receita. O melhor desempenho em um mês de outubro ocorreu em 2016, com a arrecadação de R\$ 188,4 bilhões, boa parte relativa ao Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária, que permitiu a regularização de bens no exterior que não eram declarados à Receita.

De acordo com o Fisco, nos dez primeiros meses de 2021 a arrecadação federal somou R\$ 1,527 trilhão, valor 20,06% maior que o do mesmo período acumulado em 2020. Em 2021, o Fisco registrou recordes na arrecadação nos meses de fevereiro, março, abril, maio, junho, agosto e setembro.



O secretário da Receita Federal, José Tostes Neto, comemorou o desempenho:

— Dos dez meses desse ano, sete registraram o recorde e nos outros três o resultado da arrecadação foi o segundo maior da série histórica.

Ele ainda avalia que, em função dos bons resultados e do volume acumulado, a tendência é de que essa alta persista:

— A arrecadação tributária de 2021 deve ser a maior já alcançada em qualquer ano.

A explicação para o resultado positivo deste período, mais uma vez, passa pelos fatores não recorrentes, como recolhimentos extraordinários de cerca de R\$ 36 bilhões do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre Lucro Líquido. Em 2020, foram R\$ 5,3 bilhões no período. O Fisco ainda destaca o crescimento de 22% das compensações no período.

Tostes ponderou que a base de comparação com 2020 está afetada por causa das medidas adotadas para mitigar os efeitos da pandemia, como a redução de alíquotas e diferimento de impostos. Na avaliação dele, o resultado desses primeiros dez meses de 2021 ainda poderia ser melhor, não fosse o crescimento das compensações tributárias, sobretudo fruto de ações judiciais, que somaram quase R\$ 80 bilhões em 2021.

Elevação do IOF

Para compor o resultado de outubro, o IRPJ e a CSLL somaram R\$ 44,782 bilhões, o que indica um acréscimo real de 26,89%. De acordo com o Fisco, houve recolhimentos atípicos de cerca de R\$ 5 bilhões por empresas de diversos setores econômicos.

O Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) viu a arrecadação crescer 350,53%, somando R\$ 4,850 bilhões. A Receita diz que dois fatores explicam esse resultado. O primeiro é a restauração da tributação das operações de crédito em 2021, cuja alíquota estava zerada em relação às operações feitas no mesmo período do ano anterior.

O outro motivo é o impacto do decreto presidencial que elevou temporariamente as alíquotas do IOF, entre 20 de setembro e 31 de dezembro, para usar esses recursos para bancar o Auxílio Brasil neste ano. A alíquota para empresas passou de 1,5% para 2,04%, e a de pessoas físicas subiu de 3% para 4,08%.

O chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita, Claudemir Malaquias, destacou que a receita tributária vem crescendo de maneira horizontal e comentou sobre o aumento de contribuintes optantes pelo Simples, o que denota a retomada econômica disseminada em todos os setores.

— O desempenho positivo das empresas do Simples não se deu só pelo recolhimento individual das empresas, que estão se recuperando frente a base de comparação. É nítida a recuperação desse segmento de contribuintes. Em 2020, tínhamos na base de contribuintes ativos, 6,3 milhões. Esse ano, esses contribuintes saltaram para 7,2 milhões, ou seja, quase um milhão de novos contribuintes ou contribuintes que passaram a recolher, demonstrando como está pulverizada a recuperação — explicou.

Desempenho positivo

O Fisco também destacou que a alta na arrecadação contribuiu para a revisão do déficit primário para este ano, anunciada pelo governo na segunda-feira. A expectativa é de que o rombo nas contas públicas seja de R\$ 95,8 bilhões.

— O resultado da arrecadação de outubro segue a mesma trajetória observada desde agosto de 2020, com o início da recuperação econômica. Essa retomada vem se refletindo nos números da

arrecadação tributária todos os meses e a arrecadação tem contribuição determinante para o restabelecimento do equilíbrio fiscal — afirmou Tostes.

A Receita também avalia que os resultados dos últimos meses, frente a uma base de comparação mais forte como a registrada a partir de agosto de 2020, confirmam a retomada da economia e a continuidade do nível de atividade econômica.

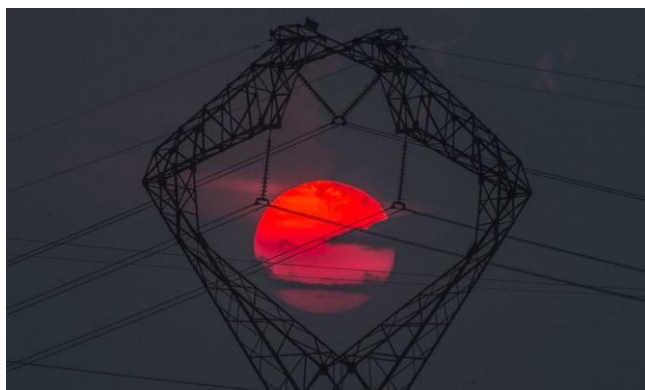
Fonte: O Globo - RJ

Data: 24/11/2021

ESTADOS TEMEM PERDA DE R\$ 26 BI, COM DECISÃO DO STF PARA REDUZIR ICMS DE ENERGIA E TELECOMUNICAÇÕES

Corte decide que percentual cobrado de atividades essenciais não pode ser superior à alíquota geral. Consumidor será beneficiado

Por André de Souza e Glauce Cavalcanti



STF decide que cobrança de ICMS sobre energia e telecomunicações não pode ter alíquota superior à geral Foto: Edilson Dantas

BRASÍLIA E RIO - O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que os estados não podem cobrar uma alíquota de ICMS sobre energia elétrica e telecomunicações em percentual acima do praticado em outros produtos. Por outro lado, não deliberou sobre a restituição de valores cobrados indevidamente.

A decisão foi tomada no julgamento de uma lei de Santa Catarina, mas tem repercussão geral, ou seja, deve ser seguida por juízes e tribunais de todo o país em casos semelhantes. O ICMS é a principal fonte de receita dos estados.

A lei catarinense estipula uma alíquota geral de 17%, mas, no caso de energia elétrica e serviços de comunicação, o ICMS é de 25%. A legislação foi questionada pelas Lojas Americanas, e o julgamento foi no plenário virtual, em que os ministros do STF não se reúnem, votando pelo sistema eletrônico da Corte.

Pedido de modulação

No país como um todo, a alíquota geral média é de 18%, podendo chegar a patamares superiores a 30%, dependendo da unidade da federação.

Os estados consideram a decisão como baque impossível de ser absorvido em 2022. A redução da alíquota representaria uma queda de 5,6%, o equivalente a mais de R\$ 26 bilhões, em arrecadação de ICMS, segundo cálculos do Comitê Nacional dos Secretários de Estado de Fazenda (Comsefaz).

Para o consumidor, porém, a partir da data, ainda não resolvida, da entrada em vigor da decisão, o efeito chegaria de imediato:

— Como energia é um setor regulado, uma redução tributária tem de ser repassada diretamente ao consumidor. No todo, para os estados, terá efeito complexo, porque o ICMS faz um mínimo de caixa e há balanços negativos. Do outro lado, a redução da alíquota pode ampliar a base de arrecadação, formalizar consumidores — avalia Fabio Florentino, sócio da área de Direito Tributário do BMA.



André Horta, diretor do Comsefaz, afirma que a redução da alíquota representa “queda de receita muito grande”, descartando chance de aumento na base de arrecadação. E diz que os estados vão pedir modulação ao STF.

Ela permite delimitar o efeito das decisões do Corte, impedindo que tenham eficácia retroativa, valendo apenas a partir da data de vigência.

— Para 2022, não há condição de cumprir. Vamos pedir modulação de efeito da decisão e que isso seja feito de acordo com o plano plurianual de cada unidade da federação. É preciso reduzir aos poucos para os estados não perderem serviços, cortando posto de vacinação ou escolas, por exemplo.

Os estados, sustenta ele, vêm enfrentando “dificuldades tarifárias graves” e seria preciso haver compensação:

— Com uma alíquota média de 18%, para manter a arrecadação seria preciso elevar em ao menos um ponto percentual para cobrir a perda.

No STF, a tese que prevaleceu foi a do relator, o ministro Marco Aurélio Mello, que se aposentou este ano. “Adotada a seletividade, o critério não pode ser outro senão a essencialidade. Surge a contrariedade à Constituição Federal, uma vez inequívoco tratar-se de bens e serviços de primeira necessidade, a exigir a carga tributária na razão inversa da imprescindibilidade”, destacou em seu voto.

Dizendo que a energia elétrica e as telecomunicações podem ser consideradas serviços essenciais, tendo em vista serem utilizadas por quase toda a população.

— Na prática, o princípio da essencialidade diz que, quanto mais essencial um produto ou serviço, menos tributação deve cair em cima dele. Mas a regra do ICMS diz que ele pode ser seletivo, permitindo aos estados cobrar alíquota seletiva. E usar isso em dois segmentos muito rentáveis em arrecadação — explica Florentino.

Ajuste das normas

Votaram com Marco Aurélio mais sete ministros: Dias Toffoli, Cármen Lúcia, Ricardo Lewandowski, Edson Fachin, Rosa Weber, Luiz Fux e Nunes Marques.

Toffoli chegou a sugerir uma modulação dos efeitos da decisão, com a aplicação a partir de 2022, desobrigando assim a devolução do que foi cobrado a mais até agora. Nunes Marques também endossou a modulação proposta por Toffoli.

O processo da Americanas em Santa Catarina teve início em 2010. Dois anos depois, chegou à Suprema Corte. Mas só agora, quase uma década depois, vem a decisão.

Gustavo Noronha, sócio do Gaia Silva Gaede Advogados, que representa as Lojas Americanas, diz que recursos dos estados são esperados, assim como a modulação.

— Os estados participaram dos autos, colaborando com outros argumentos e razões. Mas a decisão a favor do contribuinte saiu por oito votos a três. Os estados terão de adequar suas normas, porque pode vir uma série de ações que resultem em indenizações ao contribuinte — alerta ele.

No Estado do Rio, a alíquota é de 28% em telecomunicações e pode chegar ao mesmo percentual em energia, conforme a faixa de consumo do contribuinte. A alíquota média é de 18%. Caso seja adotada para essas duas atividades, haveria perda de R\$ 3 bilhões em arrecadação.

— O impacto em 2021 deve ir para algo em torno de R\$ 3 bilhões em perdas, somando energia e telecomunicações — diz o secretário estadual de Fazenda, Nelson Rocha.

O ICMS de energia e o de telecomunicações representa 6,6% e 15,5% da arrecadação fluminense desse tributo, que superou R\$ 38,8 bilhões de janeiro a outubro deste ano.

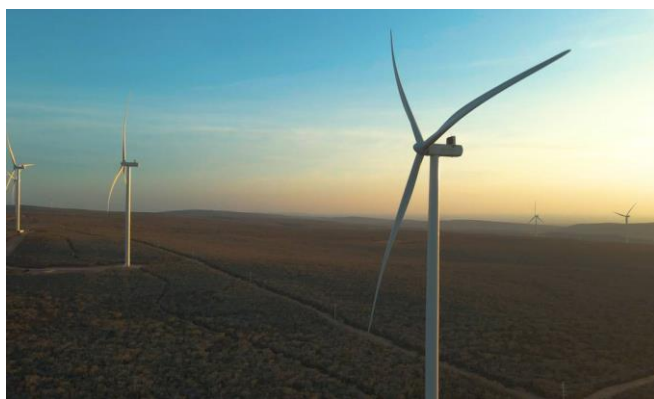
Fonte: O Globo - RJ

Data: 24/11/2021

ENEL PREVÊ INVESTIR R\$ 31 BILHÕES NO BRASIL NOS PRÓXIMOS TRÊS ANOS

Grupo italiano anunciou que não vai mais investir em usinas a carvão e a gás natural até 2040

Por Bruno Rosa



Parque eólico Morro do Chapéu Sul II, na Bahia, será inaugurado amanhã Foto: Divulgação

RIO - Enel, maior empresa de distribuição de energia e geração solar e eólica do país, anunciou que pretende investir 5 bilhões de euros (ou cerca de R\$ 31 bilhões) no Brasil entre 2022 e 2024. O valor representa pouco mais da metade do total de recursos que serão destinados para a América Latina no período.

Em videoconferência, o grupo italiano destacou que os investimentos globais para os próximos três anos em todo o mundo somam 42,6 bilhões de euros (cerca de R\$ 282 bilhões), volume que vai triplicar a capacidade renovável do grupo no mundo até 2030, chegando a 154 GW.

A empresa anunciou ainda a saída de segmentos de geração de energia a partir do gás natural e do carvão no mundo até 2040. Com isso, pretende antecipar em dez anos a meta de zerar suas emissões de carbono, que passou de 2050 para 2040.

No Brasil, a Enel tem mais de 18 milhões de clientes finais nos Estados de São Paulo, Ceará, Rio de Janeiro e Goiás através de suas distribuidoras locais de energia. É ainda o maior operador de energia solar e eólica do Brasil em termos de capacidade instalada.

O anúncio do investimento da companhia para o Brasil ocorre em meio à maior crise hídrica do país nos últimos 91 anos. No evento, ao destacar que o Brasil já passou por outros momentos de falta de chuvas, o CEO global da Enel, Francesco Starace, disse acreditar que o pior já passou.

- A atual crise hídrica no país não é a primeira e acreditamos que o pior tenha passado. As autoridades regulatórias têm gerenciado bem o tema e ajudado as distribuidoras a superar os desafios. E relação a como o país pode mitigar os efeitos da seca, quanto mais energia renovável eólica e solar nós colocarmos neste mix de geração, mais livre o Brasil se torna desta dependência do ciclo hidrológico - disse ele.

Amanhã, a companhia inaugura na Bahia o parque eólico Morro do Chapéu Sul II, que vai ser capaz de gerar 1.800 GWh de energia por ano, o que equivale ao consumo de cerca de 500 mil residências brasileiras.

- O que estamos fazendo é colocar cada vez mais renováveis com diferentes tecnologias, reduzindo o risco de novas secas no futuro.

No evento, o diretor financeiro da Enel, Alberto de Paoli comentou que os investimentos previstos para o Brasil estão em linha com o plano estratégico anterior, mas pode sofrer algumas variações por ser apenas uma indicação de investimento.

Até 2030, a companhia pretende investir ao todo 210 bilhões de euros, dos quais 170 bilhões de euros investidos diretamente pelo Grupo Enel, o que representa alta de 6% sobre o plano anterior. Outros 40 bilhões de euros serão feitos por terceiros.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 24/11/2021

EXPLORAÇÃO DO PRÉ-SAL DEVE GERAR US\$ 285 BI A GOVERNO FEDERAL, ESTADOS E MUNICÍPIOS ATÉ 2031

Estimativa é da PPSA, estatal responsável pela gestão dos contratos do pré-sal

Por Manoel Ventura



Plataforma de petróleo no Rio Foto: Domingos Peixoto / Agência O Globo

BRASÍLIA — O governo federal, estados e municípios devem arrecadar US\$ 285 bilhões até 2031 com a produção de petróleo nos campos da camada pré-sal. As estimativas foram divulgadas nesta quarta-feira pela Pré-Sal Petróleo (PPSA), estatal responsável pela gestão dos contratos.

Com o câmbio de hoje (rodando na faixa de R\$ 5,60), o total arrecadado pode chegar a R\$ 1,5 trilhão. O valor envolve royalties, imposto de renda e a venda de petróleo que cabe à União nos contratos do pré-sal.

O total de receitas destinadas aos cofres públicos crescerá ano a ano até 2031, de acordo com a empresa pública. Em 2022, serão US\$ 6,2 bilhões. Esse valor subirá até atingir US\$ 58,1 bilhões daqui dez anos.

A exploração de petróleo no pré-sal é regida pelas regras do regime de partilha. Esse modelo de contrato prevê que uma parte da produção feita pelas empresas seja destinada para o governo federal. O estudo considera produção de áreas já contratadas e em cuja maioria dos campos já houve declaração de comercialidade — ou seja, há um ateste de capacidade de extração de petróleo.

O governo recolhe esse óleo e vende o produto por meio da PPSA. Por isso, a maior parte da arrecadação será destinada ao governo federal. A expectativa é que a União embolse US\$ 116 bilhões apenas com comercialização de petróleo do pré-sal.

A projeção prevê um crescimento significativo para a produção do pré-sal nos próximos anos, atingindo o pico em 2029, com a média diária de produção de 3,67 milhões de barris de petróleo. Os contratos do pré-sal devem representar dois terços do total da produção de óleo do país.

O governo considera um preço do barril de petróleo girando entre US\$ 61 e US\$ 79 para produzir suas estimativas. Hoje, o preço do barril é de US\$ 79, valor que tem pressionado os combustíveis em todo mundo. Os Estados Unidos começaram uma ofensiva para tentar reduzir o preço da commodity.

Além da arrecadação federal com a venda de petróleo, os governos receberão recursos provenientes de royalties (compensação financeira devida pelas empresas para regiões

produtoras de petróleo) e impostos. Ao longo dos próximos 10 anos, deverão ser arrecadados US\$ 92 bilhões com royalties e US\$ 77 bilhões em tributos.

Para o desenvolvimento das atividades no Polígono do Pré-Sal, estão previstos investimentos de US\$ 99 bilhões até 2031. Deste total, US\$ 33 bilhões deverão ser aplicados em plataformas de produção; US\$ 37 bilhões em poços; e US\$ 29 bilhões em sistemas submarinos.

De acordo com o estudo, nos próximos dez anos, deverão ser produzidos 8,2 bilhões de barris de petróleo em regime de Partilha de Produção.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 24/11/2021

PRESIDENTE DO BC DIZ QUE HÁ UMA PREOCUPAÇÃO COM O CRESCIMENTO ESTRUTURAL DO BRASIL

Campos Neto disse que é preciso que o governo esclareça qual será o arcabouço fiscal do país

Por Gabriel Shinohara



Campos Neto disse que o país precisa melhorar sua credibilidade com agentes do mercado Foto: Pablo Jacob / Agência O Globo

BRASÍLIA — O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, afirmou nesta quarta-feira que apesar de uma melhora no crescimento do país nos últimos anos, há uma preocupação em como será o crescimento estrutural no futuro.

— Quando você olha para os três anos combinados, 2020, 2021 e 2022, a média é melhor do que o esperado, mas começa a ter uma preocupação com o que é o crescimento estrutural do Brasil e como podemos fazer para melhorar isso — disse Campos Neto em um evento de um banco americano.

O presidente do BC ressaltou que há uma dúvida sobre como será o crescimento do mundo na realidade da pós-pandemia e isso faz com que se volte a uma pergunta “fundamental” de crescimento estrutural.

— Quanto o Brasil pode crescer e que tipo de crescimento estrutural o Brasil pode ter? A questão é, quando você começa a fazer simulações com diferentes números de crescimento e níveis de juros, você chega a uma grande variedade de convergências fiscais no longo prazo — afirmou.

Segundo Campos Neto, esse é um dos pontos que traz insegurança ao mercado. Apesar de números fiscais considerados positivos nos últimos meses, como a queda na relação dívida/PIB, o mercado está inseguro sobre qual será o quadro fiscal daqui pra frente.

— Nós estamos chegando na fase em que o mercado está questionando a habilidade do país crescer e é por isso que eu sigo dizendo que é muito importante continuar crescendo, tem muitas reformas pequenas que podem ser feitas. Esse processo precisa ser contínuo para melhorar a credibilidade de uma maneira que os agentes de mercado vão olhar para o Brasil e entender que nós podemos crescer mais do que 2% de uma maneira sustentável — ressaltou.

O mercado vem revisando suas expectativas de PIB para baixo e inflação e juros para cima desde que o governo deu a entender que poderia pagar o Auxílio Brasil com recursos fora do teto de gastos. Com isso, os agentes têm acompanhado de perto a tramitação, no Congresso, da PEC dos Precatórios e da Medida Provisória do Auxílio Brasil.

De acordo com Campos Neto, parte do mercado viu as mudanças como um sinal de que o arcabouço fiscal estava sendo quebrado ou, no mínimo, desafiado, e é esse fator que está sendo precificado na deterioração das expectativas.

— Acredito que seja importante para o governo esclarecer isso o quanto antes para que as pessoas possam entender que não só o curto prazo está nos dando algumas surpresas positivas, mas também que nós temos um instrumento colocado que dará aos agentes de mercado a habilidade de prever o que serão os gastos no futuro — disse.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 24/11/2021

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

NOVO MARCO LEGAL DO SANEAMENTO VAI A JULGAMENTO NO STF NESTA QUARTA

Um dos primeiros a acionar o STF contra a lei foi o PDT, para quem o texto afronta a Constituição Federal e prejudica as companhias públicas estaduais de saneamento

Por Amanda Pupo, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - Há mais de um ano em vigor e funcionando como um motor de incentivo a investimentos no saneamento, o marco legal do setor passará, a partir desta quarta-feira, 24, por um importante teste no Judiciário. O Supremo Tribunal Federal (STF) vai começar a julgar as ações que contestam a nova lei do saneamento, cujo principal pilar é permitir uma entrada mais forte de empresas privadas no fornecimento dos serviços de água e esgoto à população.

O modelo anterior, concentrado em empresas públicas, foi considerado fracassado ao deixar relevante parte da população desatendida. Hoje, 16% da população não tem fornecimento de água potável e quase metade não é atendida com rede de esgoto. Pelas metas do novo marco, até 2033, as empresas precisam garantir o atendimento de água potável a 99% da população e o de coleta e tratamento de esgoto a 90%.



Saneamento; principal pilar da nova lei é permitir uma entrada mais forte de empresas privadas no fornecimento dos serviços de água e esgoto à população Foto: Nilton Fukuda/Estadão

A análise pelo Judiciário acontece enquanto o marco legal enfrenta outras ofensivas, como a pressão de empresas estaduais pela extensão dos prazos impostos pela lei, além de tentativas de driblar a realização obrigatória de processos licitatórios para contratação dos serviços, como

revelou o Estadão/Broadcast.

Relatadas pelo presidente do STF, ministro Luiz Fux, as ações que contestam o marco legal na Corte foram apresentadas pelo PDT, pelo PCdoB, pela Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento (Aesbe) e a Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (Assemae). Um dos primeiros a acionar o STF contra a lei foi o PDT. Para a sigla, o texto afronta a Constituição Federal e prejudica as companhias públicas estaduais de saneamento.



Um dos pontos questionados pelo partido é a obrigação imposta aos municípios para licitar os serviços de saneamento, já que, antes, eles podiam fechar os contratos diretamente com as empresas públicas - os chamados 'contratos de programa'. Agora, a concorrência é regra, o que abre espaço para as empresas privadas disputarem o mercado.

Um exemplo recente de grande processo licitatório no setor foi o leilão da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (Cedae), que arrecadou R\$ 22,6 bilhões com dois consórcios vencedores, Aegea e Iguá, com quase R\$ 30 bilhões de investimento contratado.

De acordo com estudo do Ministério da Economia, os projetos de saneamento na carteira do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em fase de contratação somaram R\$ 35,2 bilhões em 2021, cerca de um ano após a sanção do marco, contra R\$ 3,5 bilhões em 2018.

Em defesa da lei, a Associação Brasileira das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto (Abcon) ressaltou que, em uma análise nacional, o montante a ser investido no setor gerará um impacto direto e indireto na economia de mais de R\$ 66 bilhões - resultado do aumento na demanda de diversas cadeias produtivas que compõem a expansão dos serviços de água e esgoto.

“Além desses resultados, em dezembro serão realizados outros 6 leilões, com números também expressivos de investimento e outorga. Declarar a constitucionalidade do Novo Marco Legal do setor consolidará os avanços em curso acelerando o caminho do País rumo à universalização do abastecimento de água e esgotamento sanitário para melhoria da vida da população brasileira”, afirmou a Abcon sobre o julgamento no STF.

As associações que representam as estatais de saneamento também querem que o STF permita o retorno dos 'contratos de programa', fechados diretamente com as prefeituras, sem licitação. A contestação da Aesbe chegou mais tarde no STF, na mesma época em que o governo editou um decreto que, na prática, pode fazer com que ao menos dez companhias estaduais do setor percam contratos por não terem viabilidade financeira para fazer frente às exigências da lei.

O decreto também é alvo de uma ação específica apresentada pela Aesbe no STF - que não será julgada nesta quarta. Neste processo, a associação pede a extensão do prazo para a comprovação da capacidade econômico-financeira, que segundo as normas atuais deve ser concluído até março de 2022. A data-limite vai ao encontro da lei, responsável por estabelecer que, até esse marco temporal, os aditivos com as metas de universalização previstas na legislação precisam estar incorporados aos contratos atuais.

Nos bastidores, estatais também fazem pressão para que a lei seja alterada e estenda oficialmente esses prazos. Como mostrou o Broadcast, já existem projetos de lei no Congresso com esse intuito. Essas empresas alegam que foram prejudicadas pelo atraso do governo em editar o decreto que define as regras de capacidade econômico-financeira de seus negócios. Pela lei, esse ato deveria ter sido publicado em 90 dias após a sanção do novo marco, que entrou em vigor em julho de 2020. O decreto, no entanto, veio quase um ano depois, em junho de 2021.

Técnicos do governo contrários à extensão desses prazos afirmam que a estratégia é feita apenas para protelar a implantação do novo marco, uma que, desde sua publicação, as estatais já poderiam trabalhar para atender as exigências da lei. Além disso, há outro temor: que uma nova discussão legislativa sobre o setor de saneamento abra portas para uma desconfiguração do novo marco legal. Uma fonte ouvida em caráter reservado destaca que, uma vez reaberto o debate, será difícil controlar eventuais ímpetus nesse sentido, principalmente sob pressão dos governadores, que são responsáveis pelas estatais de saneamento.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 24/11/2021

PILOTOS DE COMPANHIAS AÉREAS ANUNCIAM GREVE

Paralisação está prevista para começar na segunda-feira; 50% dos funcionários devem continuar trabalhando, segundo sindicato

Por Luciana Dyniewicz, O Estado de S.Paulo

Os pilotos e comissários de bordo das companhias aéreas decidiram, nesta quarta-feira, 24, entrar em greve por tempo indeterminado a partir da próxima segunda-feira. Segundo o Sindicato Nacional dos Aeronautas (SNA) - que representa funcionários de Gol, Latam, Azul, ITA, Voepass e Latam Cargo -, 50% dos trabalhadores deverão parar por dia, para manter parte dos voos operando.

A categoria pede um aumento de 15% nos salários, que não foram reajustados no ano passado devido à crise da covid. Ainda de acordo com o sindicato, as empresas ofereceram 3% de aumento.



Aviões no Aeroporto de Congonhas; funcionários de aéreas decidiram fazer greve
Foto: Felipe Rau/Estadão

A assembleia em que os trabalhadores decidiram deflagrar a greve ocorreu nesta quarta-feira, e segundo o presidente do SNA, comandante Ondino Dutra, teve a participação de cerca de 700 funcionários de companhias aéreas.

O setor da aviação foi um dos mais atingidos pela crise no ano passado e ainda não se recuperou completamente. Para sobreviver ao impacto causado pela pandemia, as empresas criaram programas de licença não remunerada - que foram sendo reduzidos aos poucos. A Latam demitiu 2.700 tripulantes, mas voltou a contratar em julho.

Procuradas, Latam, Gol, Azul e ITA não se posicionaram até a publicação desta matéria.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 24/11/2021

PRÓXIMAS LICITAÇÕES DE AEROPORTOS DEVEM ATRAIR MUITOS INTERESSADOS, DIZ CONSELHO DO SETOR

Por Circe Bonatelli



Oliveira, diretor-geral do Conselho Internacional de Aeroportos (ACI): Brasil é um exemplo nas concessões *Foto: ACI*

A sétima rodada de concessões de aeroportos, prevista para acontecer no ano que vem, deve gerar uma disputa bastante aquecida, na visão do diretor-geral do Conselho Internacional de Aeroportos (ACI, na sigla em inglês), Luis Felipe de Oliveira, primeiro brasileiro à frente da instituição que representa as operadoras dos terminais.

Um total de 16 aeroportos será oferecido para concessão, com investimentos estimados de R\$ 8,8 bilhões. As unidades serão divididas em três blocos, com os terminais de Santos Dumont, Congonhas e Belém encabeçando cada grupo, acompanhados de terminais regionais.



“Acredito que a licitação vai atrair muita gente”, afirma Oliveira, em entrevista exclusiva para o Broadcast. O executivo assumiu o cargo em junho do ano passado. Antes disso, passou dez anos na Associação Internacional de Transportes Aéreos (IATA).

Com tantos anos de experiência, ele considera o Brasil um exemplo mundial a ser seguido no seu programa de concessão de aeroportos por destravar investimentos na melhoria local da infraestrutura.

Ainda que os terminais de Viracopos (Campinas-SP) e São Gonçalo do Amarante (RN) tenham de ser submetidos à relicitação devido à incapacidade das empresas de pagarem as outorgas, Oliveira avalia que o País aprendeu com erros do passado. “Se os parâmetros das relicitações forem semelhantes aos das concessões atuais, acredito que serão bastante exitosas”, diz.

Veja a seguir os principais trechos da entrevista, na abertura da primeira conferência global do setor aeroportuário desde o começo da pandemia, organizado pela ACI em Cancún, no México.

Broadcast: Qual a sua perspectiva para as próximas licitações de aeroportos no Brasil? Acredita que haverá apetite por parte de investidores?

Luis Felipe de Oliveira: É um programa muito bom. O Brasil aprendeu com os erros das primeiras concessões, anos atrás, e hoje atrai investidores do mundo inteiro. É o país com mais operadoras internacionais de aeroportos. Além disso, as empresas locais têm crescido bastante. O Brasil é realmente muito atrativo. E todo mundo fala nas joias da coroa da sétima rodada de licitações, que são Santos Dumont e Congonhas. Então, acredito que a licitação vai atrair muita gente. O Brasil é um grande exemplo mundial.

Broadcast: O senhor acredita que haverá interesse de investidores até no caso das relicitações dos aeroportos de Viracopos e São Gonçalo do Amarante, em que as concessionárias originais pediram a rescisão dos contratos?

Oliveira: Acredito que sim. Vai depender do modelo. O grande problema na primeira licitação era o valor da outorga, praticamente impossível de se pagar. Se os parâmetros das relicitações forem semelhantes aos das concessões atuais, acredito que serão bastante exitosas. E são aeroportos muito ricos, com grande potencial. Viracopos é o maior terminal de cargas do País e está do lado de São Paulo. A principal companhia que opera ali é a Azul, que está em expansão. Isso pode fazer com que Viracopos venha ser ainda mais importante em termos de voos internacionais e conexões no futuro. E São Gonçalo do Amarante tem um atrativo grande vindo do potencial turístico do Nordeste. Também é um dos pontos geográficos do Brasil mais perto da Europa e dos Estados Unidos. Se tiver um bom trabalho de preparação, o aeroporto pode crescer muito (como um ponto de conexão).

Broadcast: O fato de as licitações acontecerem em meio a um ano eleitoral, repleto de incertezas sobre os rumos da economia, pode espantar investidores?

Oliveira: Vai depender muito do marco regulatório, que já está mais ou menos definido. Os últimos anos no Brasil já foram turbulentos, com crises. E ano que vem será um ano turbulento também, mas as concessões são de muitos anos, o que representa uma visão de longo prazo. Vão atrair investidores apesar de ser ano eleitoral.

Broadcast: O senhor disse que o Brasil é um exemplo nas concessões de aeroportos. Em que sentido?

Oliveira: Com o programa de concessões, tiveram melhorias que vão desde a experiência dos passageiros nos terminais até a infraestrutura dos aeroportos e arredores, sem um aumento de custos (nas tarifas aeroportuárias). O Aeroporto de Florianópolis, por exemplo, parecia uma



rodoviária e hoje é um superterminal. Outros aeroportos também foram muito modernizados. Os investimentos geraram eficiência e colocaram o Brasil em um patamar internacional.

Broadcast: O senhor diz que houve melhora da experiência para o consumidor, mas são constantes as reclamações sobre o preço alto de itens como um pão de queijo ou uma coxinha. Por que é tão caro?

Oliveira: Grande parte do faturamento dos aeroportos vem dessas atividades. As tarifas aeronáuticas (como as taxas de embarque) não cobrem os custos. E qualquer negócio do mundo tem que gerar um benefício. Não é obra de caridade, precisa dar lucro. O passageiro pode levar lanche de casa, não precisa comprar no aeroporto. O supérfluo é algo que se pode ou não comprar. Mas quando é despesa obrigatória – como as tarifas de embarque – isso pesa no bolso, independente de qualquer coisa. E a tarifa é bastante justa e baixa comparada com aeroportos internacionais. Então o preço de entrada é baixo, mas os preços internos são mais elevados, porque há a opção de comprar ou não.

Broadcast: Há como baixar os preços sem intervenção?

Oliveira: Pode baixar? Pode. Se aumentar o número de passageiros, as lojas podem ficar mais competitivas, ganhando escala e até reduzir os preços. Mas em qualquer aeroporto do mundo, a comida é mais cara. Na entrada nos aeroportos, há todo um processo de filtrar mercadorias, aplicar controles de qualidade e segurança, combate à entrada de drogas, etc. Então, colocar pão de queijo e coxinha nos terminais é bem mais difícil do que fazer o mesmo na banca da esquina.

Broadcast: Além de investimentos em infraestrutura e experiência dos usuários, quais as outras preocupações dos aeroportos?

Oliveira: A sustentabilidade é uma discussão muito importante. A nossa licença para voar no futuro depende disso. E é algo que mexe com o ecossistema da aviação, passando por aeroportos, companhias e governos. Mas estamos preparados para avançar. Já temos uma meta global de emissão zero de gases poluentes até 2050. Não é emissão neutra, que significa emitir poluentes e compensar comprando crédito de carbono. É emissão zero mesmo. O primeiro ponto para isso é o investimento em geração de energia limpa, com painéis solares. Além disso, buscaremos maior eficiência e redução do consumo de energia com ar-condicionado. Outro ponto é o manejo de resíduos gerados nos terminais. Os aeroportos representam apenas 3% a 5% do total de emissões de carbono da indústria da aviação, mas nós estamos mobilizados. Somos a primeira organização global a definir uma meta de redução. Lideramos o processo para que o resto da indústria seguisse.

Broadcast: O movimento 'Flight Shame', que sugere a diminuição das viagens aéreas para redução da quantidade da emissão de carbono, é um movimento que está ganhando força na Europa. Isso preocupa o setor? O setor demorou a adotar uma agenda de sustentabilidade?

Oliveira: Não é uma pressão de agora. Trabalhamos no Airport Carbon Accreditation (certificado de boas práticas em baixar emissão de carbono) para aeroportos há mais de dez anos. São mais de 350 aeroportos acreditados. Não é uma coisa que surgiu este ano. Mas demora para fazer todo mundo seguir a mesma visão. Convencer uma China (a reduzir suas emissões) é mais difícil do que convencer uma Alemanha, por exemplo. E como somos uma associação global, precisamos de um approach global também. Na Europa, é um tema mais desenvolvido. O grande desafio é a Ásia.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 24/11/2021

ARRECAÇÃO SOBE QUASE 5% EM OUTUBRO, PARA R\$ 178 BI, A MAIOR PARA O MÊS EM 5 ANOS

Resultado foi registrado na comparação com o mesmo mês de 2020; em relação a setembro deste ano, houve alta real de 18,40% no recolhimento de impostos

Por Eduardo Rodrigues, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - A arrecadação de impostos e contribuições federais voltou a bater recorde e somou R\$ 178,742 bilhões em outubro. O resultado representa um aumento real (descontada a inflação) de 4,92% na comparação com o mesmo mês de 2020.

Em relação a setembro deste ano, houve alta real de 18,40% no recolhimento de impostos. O valor arrecadado no mês passado foi o segundo maior para meses de outubro da série histórica, ficando atrás apenas dos R\$ 188,425 bilhões de outubro de 2016.

Prédio da Receita Federal; alta da arrecadação neste ano pode ser explicada pela melhora no nível de atividade, segundo Receita. Foto: Felipe Siqueira/Estadão



O resultado das receitas veio dentro do intervalo de expectativas das instituições ouvidas pelo Broadcast Projeções, que ia de R\$ 157,300 bilhões a R\$ 182,219 bilhões, com a maioria apostando em alta de R\$ 170,90 bilhões.

A Receita Federal destacou a arrecadação extraordinária em outubro de R\$ 5 bilhões com o Imposto de Renda de Pessoa Jurídicas (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Em relação ao mesmo mês do ano passado, o recolhimento dos dois tributos teve crescimento real de 34,8%. O resultado de

outubro também foi impactado pelo recolhimento de parcelas cuja cobrança tinha sido adiada do Simples Nacional.

O resultado de outubro também reflete o aumento do Imposto Sobre Operações Financeiras (IOF), com validade do dia 20 de setembro em diante. Ao anunciar a medida, a área econômica informou que o objetivo era custear o Auxílio Brasil em novembro e dezembro deste ano. O IOF arrecadou R\$ 4,85 bilhões em outubro, com alta real de 350% sobre o mesmo mês de 2020.

Embora em alta, os números da Receita Federal mostram que a arrecadação desacelerou no mês passado, após registrar, em outubro, a menor alta desde fevereiro deste ano (na comparação com o mesmo mês do ano anterior).

O secretário especial da Receita Federal, José Tostes Neto, destacou há pouco que a arrecadação federal foi a maior da série histórica em sete dos dez primeiros meses deste ano. “E nos outros três meses (janeiro, junho e outubro), o resultado foi o segundo maior da série”, afirmou. “O resultado da arrecadação segue trajetória observada desde agosto de 2020 e pelo 15º mês consecutivo veio acima do esperado pelo mercado”, completou.

O secretário especial da Receita destacou que a arrecadação federal já supera R\$ 1,9 trilhão nos 12 meses até outubro. “Mantido nível de desempenho, a arrecadação em 2021 será a maior da história, com contribuição determinante para o restabelecimento do equilíbrio fiscal”, acrescentou.

Tostes apontou que a recuperação da economia brasileira em 2021 levou ao aumento da arrecadação de praticamente todos os tributos, como PIS/Cofins, IPI e PIS/Cofins. “Os números



do Imposto de Renda de Pessoa Jurídicas (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) são extraordinários. Foram R\$ 336 bilhões arrecadados até outubro contra R\$ 249 bilhões no ano passado, uma diferença de praticamente 35% em termos reais”, acrescentou.

De acordo com a Receita, a alta da arrecadação neste ano pode ser explicada pela melhora no nível de atividade, com a previsão do mercado de que o Produto Interno Bruto (PIB) cresça próximo de 5% em 2021, contra um tombo de 4,1% em 2020.

O chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita Federal, Claudemir Malaquias, avaliou há pouco que a arrecadação federal de outubro ficou em linha com a evolução dos principais indicadores da atividade econômica. “Um fato que chamou atenção neste mês de outubro foi o crescimento da base do Simples, com significativo acréscimo na base de contribuintes ativos. Isso é importante porque sinaliza que a retomada da atividade econômica já está bastante disseminada em todos os setores”, afirmou.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 24/11/2021

EXPECTATIVAS INFLACIONÁRIAS DE PRAZOS MAIS LONGOS COMEÇAM A SE DISTANCIAR DOS OBJETIVOS DO BC

Esse é um sinal claro de que os investidores enxergam uma desorganização mais estrutural da economia brasileira; tal percepção negativa foi agravada desde que o governo decidiu abandonar as regras do teto de gastos

Por Fábio Alves, O Estado de S.Paulo*

As projeções de inflação em 2021 ultrapassaram os dois dígitos pela primeira vez na mais recente pesquisa Focus e as estimativas para 2022 já estão batendo quase o teto da meta, mas são as expectativas inflacionárias de prazos mais longos – 2023 e 2024 – que preocupam, pois começam a se distanciar dos objetivos do Banco Central.

Esse é um sinal claro de que os investidores enxergam uma desorganização mais estrutural da economia brasileira. Tal percepção negativa foi agravada desde que o governo decidiu abandonar as regras do teto de gastos, a única âncora fiscal do País.

Para 2021, os analistas ouvidos na pesquisa Focus passaram a projetar uma inflação de 10,12%, enquanto para 2022 o consenso das previsões aponta para uma alta de 4,96% do IPCA, quase no teto da meta do ano que vem, de 5,0%.

A disparada na inflação deste ano pode ser atribuída, em grande parte, à crise hídrica, que resultou em forte aumento das tarifas de energia elétrica, e à alta nos preços dos combustíveis, além de choques de curto prazo na oferta de produtos causados pela pandemia de covid.

Quanto ao aumento nas projeções de inflação em 2022, a culpa pode ser atribuída aos ruídos causados pelo início da corrida para a eleição presidencial do ano que vem e até mesmo ao BC, que, na visão de muitos analistas, estaria atrasado no ritmo atual do aperto monetário. Também a inércia inflacionária, com o índice em dois dígitos em 2021, afetará os preços no ano que vem.

Para 2023, o mercado agora projeta uma inflação de 3,42%, acima do centro da meta fixada para aquele ano, de 3,25%. E, em 2024, cuja meta é de 3,0%, a mediana das projeções prevê um IPCA de 3,10%.

“Para 2023 e 2024, a piora nas expectativas inflacionárias não tem outra desculpa: é a perda de credibilidade do regime de política econômica do Brasil”, diz o sócio e economista-chefe da gestora BlueLine Asset, Fábio Akira.

Para ele, as projeções de inflação de 2023 e 2024 começaram a se distanciar das suas metas desde a tramitação no Congresso da PEC dos Precatórios, a qual estabelece a mudança na correção do teto de gastos, minando de vez sua credibilidade.

“Enquanto não se encontrar outra âncora fiscal, as expectativas de inflação de médio e longo prazo devem seguir piorando”, diz Akira. Ele não vê a definição de um novo regime fiscal antes da eleição presidencial.

Mas sem credibilidade fiscal e com expectativas de inflação se deslocando para cima de maneira estrutural, a economia brasileira precisará conviver com juros reais de equilíbrio bem mais altos.

* COLUNISTA DO BROADCAST

Fonte: *O Estado de São Paulo - SP*
Data: 24/11/2021

PROJETOS DE INFRAESTRUTURA SÃO PRIORIDADE, DIZ MINISTRO, APESAR DAS RESTRIÇÕES NOS GASTOS

Durante participação na Conferência P3C, ministro da Infraestrutura, Tarcísio Freitas, afirmou que governo realizou 121 leilões desde 2019 com a contratação de R\$ 610 bilhões para os projetos
Por Juliana Estigarríbia, O Estado de S.Paulo

O ministro da Infraestrutura, Tarcísio Freitas, voltou a destacar o êxito da carteira de projetos de infraestrutura do governo nesta terça-feira, 23. Durante evento do setor, o ministro fez um balanço dos projetos e afirmou que a infraestrutura tem sido uma área prioritária para o governo, apesar das restrições para investimentos com recursos públicos.

“Foram realizados 121 leilões desde 2019, com R\$ 610 bilhões contratados em energia, rodovias e aeroportos. O atual governo considerou a infraestrutura como um tema de Estado”, afirmou o ministro durante painel na Conferência P3C, evento focado no setor de parceiras público-privadas e concessões de infraestrutura, realizado desta terça, 23, até quarta-feira.



Tarcísio Freitas, ministro da Infraestrutura de Jair Bolsonaro; segundo ele, a grande fronteira a ser rompida no setor de infraestrutura é a expansão do modelo conhecido pelo nome de project finance Foto: Adriano Machado/Reuters - 2/9/2021

Tarcísio Freitas observou que anteriormente os projetos de infraestrutura eram viabilizados por meio de uma política de juros subsidiados, que davam uma “falsa sensação” de que faziam sentido. “No final das contas, isso gerava uma

sensação de mercado fechado”, afirmou.

Além disso, o ministro ponderou que não houve descontinuidade do programa de infraestrutura, o que traz segurança ao investidor. “Hoje, os projetos são bancáveis por si só, temos observado um crescimento do mercado de capitais no funding (financiamento).”

Segundo Freitas, a grande fronteira a ser rompida no setor é a expansão do modelo conhecido pelo nome de project finance, quando o financiamento da obra é pago com os recursos do caixa gerado pela própria operação do serviço.



"Haverá um despejo de investimentos no Brasil, com financiamentos baseados e lastreados nos próprios projetos, o que já está virando realidade. Já temos exemplos de projetos assim, com motivação dos bancos em realmente abraçá-los."

Dificuldades de financiamento

A dificuldade para o financiamento das obras é compartilhada por empresários do setor, que têm uma visão menos otimista. Durante o evento, os participantes chamaram a atenção para o potencial desequilíbrio entre o volume de projetos e a disponibilidade de recursos para financiá-los.

"A carteira atual de projetos é bastante extensa, no nível federal e estadual, mas em algum momento vamos ter mais projetos do que investidores", disse o presidente da CCR LamVias, Eduardo Camargo, durante o P3C.

Segundo Camargo, este é um ponto de atenção para que os programas possam ser colocados para avaliação dos investidores no devido tempo. "Precisamos olhar projetos com atenção, somos preocupados com a execução", disse.

Após arrematar inúmeros leilões neste ano, Camargo enfatizou que a companhia continuará investindo. "A CCR tem intenção de continuar investindo, somos o principal investidor de infraestrutura na América Latina. Continuamos com ambição grande nos três modais em que atuamos, temos um balanço ainda saudável para poder alavancar a companhia e colocar mais investimentos na praça."

A emissão de dívida tem cumprido um papel relevante para suprir a queda na captação de capital via oferta de ações e a redução de fontes de financiamento com recursos públicos, que sempre foram fontes importantes para o setor. Segundo o diretor financeiro da B3, Daniel Sonder, a própria empresa já promoveu R\$ 126,2 bilhões em ofertas de ações neste ano, sejam primárias ou secundárias. O volume em emissões de dívida, porém, é maior.

"Foram R\$ 211 bilhões de ofertas de dívida. Este é um mercado que tem crescido muito, especialmente a partir do momento em que bancos públicos deixam de ter um papel principal de fornecer capital para empresas no País", observou ele durante o evento.

Somente em infraestrutura, segundo Sonder, a B3 promoveu R\$ 96 bilhões em concessões e alienações neste ano. "A pandemia não fez a agenda de infraestrutura parar. Foram mais de 70 leilões desde março (de 2020), quase 250 proponentes e mais de 145 ativos licitados."

No entendimento do executivo da B3, o ambiente regulatório e de projetos no Brasil está estimulando investimentos em infraestrutura. "A partir de 2019, tivemos uma retomada forte de concessões, também no nível estadual", diz.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 24/11/2021

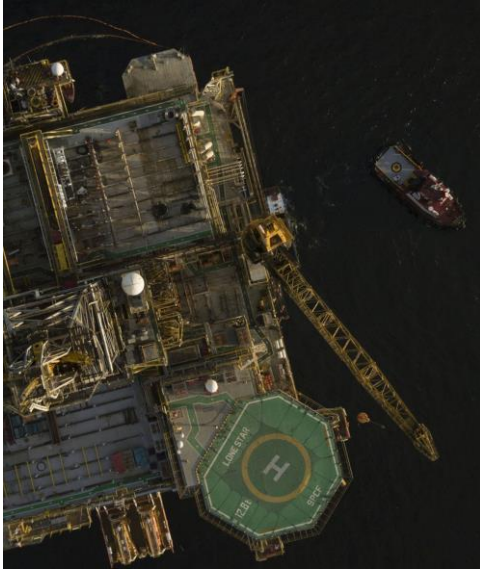


VALOR ECONÔMICO (SP)

LEILÃO DO PRÉ-SAL PODE MARCAR ESTREIA DE NOVOS PRODUTORES DE PETRÓLEO NO BRASIL

A americana ExxonMobil e a colombiana Ecopetrol buscam na licitação uma oportunidade para começarem a produzir seus primeiros volumes de petróleo no Brasil

Por André Ramalho, Valor — Rio



Leilões do pré-sal — Foto: Valo

O leilão dos volumes excedentes da cessão onerosa das áreas de Sépia e Atapu, no pré-sal da Bacia de Santos, representa, para as petroleiras, um acesso imediato a projetos já em fase operacional e pode, a depender dos resultados, atrair dois novos produtores para o país.

Dentre as 11 empresas habilitadas para a rodada, marcada para 17 de dezembro, a americana ExxonMobil e a colombiana Ecopetrol buscam na licitação uma oportunidade para começarem a produzir seus primeiros volumes de petróleo no Brasil. As duas já atuam no mercado brasileiro, mas apenas em ativos exploratórios ou em fase de desenvolvimento.

Além delas, a americana Chevron - que está se desfazendo de todos seus ativos operacionais no Brasil para focar no pré-sal - também pode garantir, no leilão, uma nova fonte de geração de caixa no país.

As brasileiras Petrobras e Enauta e as multinacionais Equinor (Noruega), Petrogal (Portugal/China), Petronas (Malásia), Qatar Petroleum (Catar), Shell (Reino Unido) e TotalEnergies (França), que já produzem no país, completam a lista de petroleiras aptas a participar da licitação e que poderão, a partir do leilão de Sépia e Atapu, diversificar suas fontes de receita no país.

Os ativos em licitação têm custos bilionários. Os vencedores da rodada terão que desembolsar um total de R\$ 11,1 bilhões (US\$ 2 bilhões) em bônus de assinatura, mais US\$ 6,45 bilhões em compensações financeiras à Petrobras pelos investimentos já realizados nos campos.

Esse dinheiro, por um lado, pode concorrer com os compromissos de investimentos já assumidos pelas empresas no país. Todas as 11 petroleiras habilitadas adquiriram ativos nos leilões brasileiros nos últimos anos. A Wood Mackenzie destaca, por outro lado, que Sépia e Atapu podem gerar fluxo de caixa para as empresas, enquanto elas amadurecem os demais projetos no Brasil.

Segundo a consultoria internacional, a Petrobras, que já exerceu o direito de preferência pela aquisição das duas áreas, com percentual mínimo de 30%, além da Shell, TotalEnergies e Petrogal - sócias da estatal brasileira na jazida compartilhada de Atapu, que se conecta à concessão BM-S-11A (Oeste de Atapu) - são candidatas naturais ao leilão.

Na avaliação da Wood Mackenzie, Ecopetrol, Petronas e Qatar Petroleum se enquadram na categoria de petroleiras que estão em fase de expansão em águas profundas - que, portanto, podem se interessar pela licitação. Já a ExxonMobil, Equinor, Enauta e Chevron são citadas como companhias em fase de reestruturação do portfólio no Brasil e interessadas em ativos em fase operacional.

Os excedentes da cessão onerosa são os volumes descobertos de petróleo que ultrapassam os 5 bilhões de barris que a Petrobras tem direito de produzir no pré-sal, como parte do contrato assinado em 2010, dentro da operação que culminou no aumento da fatia da União no capital da estatal.

Os volumes excedentes de Sépia e Atapu foram ofertados, pela primeira vez, em 2019. Na ocasião, as áreas não despertaram o interesse das petroleiras, que viram muitos riscos nas regras da rodada, sendo o principal deles a necessidade de negociar com a Petrobras, depois da



assinatura dos contratos, o valor da compensação financeira pelos investimentos já feitos nos ativos.

Com o insucesso no leilão de 2019, o governo reviu algumas regras. A principal novidade é que, depois de negociações entre a Petrobras e a estatal Pré-Sal Petróleo SA (PPSA), o valor da compensação financeira a ser paga à petroleira brasileira foi calculado previamente ao leilão. Os bônus de assinatura também foram reduzidos em 70%, em relação aos termos da licitação de 2019.

Na avaliação da Wood Mackenzie, o leilão dos excedentes de Sépia e Atapu será um “teste emocionante” para a disciplina de capital das empresas, num momento em que as petroleiras aproveitam a valorização da commodity para recuperarem o caixa, depois de um 2020 difícil para o setor, e assumem compromissos crescentes com a transição energética.

Em relatório sobre o leilão, a consultoria internacional destaca que houve melhorias nos termos da licitação, mas que os resultados econômicos de Atapu e Sépia “ainda não são convincentes”.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 24/11/2021

ENEL VAI INVESTIR 5 BILHÕES DE EUROS NO BRASIL NOS PRÓXIMOS TRÊS ANOS, DIZ CEO GLOBAL

Valor faz parte de plano de investimentos global de 170 bilhões de euros até 2030

Por Gabriela Ruddy, Valor — Rio

A holding italiana de energia elétrica Enel deve investir 5 bilhões de euros no Brasil nos próximos três anos, como parte do plano global anunciado na manhã desta quarta-feira, que prevê investimentos de 170 bilhões de euros até 2030.

O valor previsto para o Brasil está em linha com o praticado nos últimos planos de investimentos da companhia. O presidente global do grupo, Francesco Starace, ressaltou em entrevista coletiva que os valores podem mudar, dependendo das oportunidades que a empresa encontrar nos países em que atua.

“Os números são puramente indicativos, não são compromissos. Apenas investiremos se tivermos bons retornos”, destacou.

Questionado sobre a crise hídrica que o Brasil enfrentou em 2021 e que afetou os reservatórios das hidrelétricas, Starace disse que os reguladores locais gerenciaram bem a questão e que não espera novos problemas em 2022.

“Para os próximos anos, é claro que as chances de sofrer com isso novamente vai cair conforme o país passe a contar com mais usinas eólicas e solares em operação e é isso que pretendemos fazer”, complementou.

A Enel atua no Brasil em geração, distribuição, transmissão, comercialização e serviços de energia. O grupo tem 18 milhões de clientes nos Estados de São Paulo, Ceará, Rio de Janeiro e Goiás. Ao todo, a companhia opera mais de 4,3 gigawatts (GW) em geração de fontes renováveis no país, dos quais mais de 1,8 GW são de fonte eólica, cerca de 1,2 GW são de fonte solar e cerca de 1,3 GW de hidrelétricas.

Na estratégia global apresentada hoje, a Enel anunciou a antecipação em dez anos a meta para se tornar neutra em carbono, agora prevista para 2040. Para tanto, a companhia pretende triplicar a capacidade renovável global até 2030, chegando a 154 GW. Com isso, a empresa vai colocar em operação 21,2 GW de nova capacidade renovável, dos quais 26% ficarão na América Latina.

Na entrevista coletiva, Starace descartou a possibilidade de investir em energia eólica em altomar (offshore wind), devido aos maiores custos e prazos para a tecnologia. Por outro lado, o executivo apontou que a Enel tem interesse em hidrogênio verde.

“Acho que vamos investir em hidrogênio verde nos próximos três a quatro anos para saber se a tecnologia se mantém competitiva”, afirmou.

Crise hídrica

A crise hídrica no Brasil acabou sendo um estímulo para ampliar os investimentos em outras fontes renováveis no país, afirmou Starace.

Nesse contexto, o executivo destacou que o grupo quer seguir investindo em projetos de larga escala de geração renovável no país voltados para o mercado livre, no qual os grandes consumidores escolhem os fornecedores de energia.

“Achamos que essa é a maneira de crescer, o mercado é grande e o apetite de indústrias e empresas é grande”, afirmou.

Nó logístico

A alta de preços das commodities, as dificuldades de acesso a componentes e os congestionamentos em portos não vão atrapalhar a trajetória de crescimento global da Enel, afirmou o presidente do grupo.

Segundo ele, esses fatores levaram a um atraso no desenvolvimento de cerca de 10% da capacidade de geração que entrou em operação em 2021, mas ainda assim o grupo conseguiu adicionar 5 gigawatts (GW) de nova capacidade em geração este ano. Para Starace, as dificuldades devem seguir até meados de 2022.

“Alguns players vão sofrer mais, os maiores danos serão para as empresas menores”, disse.

O executivo indicou que a Enel tem interesse em ampliar investimentos em geração de energia renovável na Colômbia, Grécia e Portugal. No Peru, a expectativa é aumentar os investimentos principalmente em distribuição de energia.



Enel — Foto: Reprodução / site da Enel

Já no México e na Argentina, a empresa segue em compasso de espera. Starace explicou que a Enel não tem planos de deixar esses países, mas ressaltou que o grupo espera ter maior clareza sobre decisões governamentais a respeito do mercado de energia antes de decidir os próximos passos.

Listagem

A Enel pretende se manter listada na Bolsa no Chile e em outros países na América Latina,

segundo Starace.

O executivo disse que ocorreram boatos sobre uma possível deslistagem. “Isso é maluco, não sei de onde tiraram esse rumor, não vamos fazer isso”, afirmou.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 24/11/2021

TEREOS E VLI ELEVAM VOLUME DE AÇÚCAR MOVIMENTADO EM 30%

Volume transportado por ferrovia chegou a 955 mil toneladas nos últimos 12 meses
Por Camila Souza Ramos, Valor — São Paulo

A Tereos e a VLI alcançaram a marca de 955 mil toneladas de açúcar movimentado por ferrovia nos últimos 12 meses, um aumento de 30,6% ante os 12 meses precedentes. O aumento, segundo as companhias, reflete os investimentos em dois armazéns de açúcar, que melhoraram a capacidade de escoamento mesmo em meio a uma forte quebra de safra no Centro-Sul.

Os armazéns foram inaugurados em novembro do ano passado no Terminal Integrador Portuário Luiz Antonio Mesquita (Tiplam), da VLI, no porto de Santos, e no porto seco de Guará, no interior paulista, próximo às usinas da Tereos. Somados, eles têm capacidade estática de 240 mil toneladas.

“Além do aumento do potencial de volume a ser exportado e do ganho de eficiência nas operações, a parceria com a VLI também vem ao encontro das iniciativas da Tereos em sustentabilidade, já que com o transporte ferroviário, reduzimos as emissões de gases de efeito estufa”, disse Pierre Santoul, diretor-presidente da Tereos no Brasil, em nota.

A Tereos e a VLI mantêm desde 2018 um acordo para o escoamento de açúcar pelo qual as duas empresas se comprometeram a realizar investimentos na infraestrutura logística da commodity. Na época, as parceiras previam que a união permitiria transportar 1 milhão de toneladas de açúcar bruto por ano, ligeiramente acima do volume movimentado nos últimos 12 meses.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 24/11/2021

MINÉRIO DE FERRO SOBE 2,9% NO PORTO DE QINGDAO E SAI NA CASA DE US\$ 102 POR TONELADA

Foi o quarto dia consecutivo de valorização da commodity
Por Stella Fontes, Valor — São Paulo



— Foto: Divulgação | CSN

Os preços do minério de ferro marcaram o quarto dia consecutivo de valorização no mercado transoceânico, na esteira da melhora das expectativas para a produção de aço na China, embora uma nova rodada de restrições às usinas de Tangshan, importante polo siderúrgico chinês, tenha sido anunciada pelas autoridades locais.

O bom humor dos investidores é sustentado principalmente pela aposta na recuperação do setor imobiliário chinês e levou a commodity a superar o nível de US\$ 100 no mercado à vista pela primeira vez em três semanas.

De acordo com a publicação especializada Fastmarkets MB, o minério com teor de 62% de ferro avançou 2,9% no porto de Qingdao, para US\$ 102,75 a tonelada.

Com o desempenho de hoje, a principal matéria-prima do aço reduziu a 4,2% as perdas acumuladas em novembro. Em 2021, a desvalorização ainda é expressiva, de quase 36%.

Na Bolsa de Commodity de Dalian, os contratos mais negociados de minério para janeiro encerraram o dia com alta de 5,8% a 617 yuan por tonelada.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 24/11/2021

MINISTRA PÕE EM MARCHA A 'DIPLOMACIA DOS INSUMOS'

Tereza Cristina negocia garantia de fornecimento da Rússia
Por Rafael Walendorff — De Brasília



A ministra da Agricultura, Tereza Cristina: governo e empresários russos garantem que cumprirão contratos com o Brasil — Foto: José Cruz/Agência Brasil

A ministra da Agricultura, Tereza Cristina, colocou em prática uma “diplomacia dos insumos” e voltou de Moscou, na semana passada, com a garantia de governantes e empresários russos de que o país cumprirá os contratos de fornecimento de fertilizantes ao Brasil sem a aplicação das restrições às exportações anunciadas recentemente pelo Kremlin.

A Rússia prometeu, também, ampliar embarques de potássio e fosfatos para suprir eventuais interrupções no abastecimento brasileiro dos insumos importados de Belarus e China, que enfrentam diferentes crises. Essa garantia pode dar maior segurança aos planos dos produtores para a safra 2022/23.

Embora restem dúvidas e riscos, o compromisso obtido foi considerado uma vitória importante de Tereza Cristina, sobretudo num momento em que sua Pasta é alvo de críticas por causa da demora da China em reabrir definitivamente seu mercado para a carne bovina brasileira.

A situação mais delicada é a de Belarus, de onde o Brasil importa 23% do potássio usado nas lavouras, ou cerca de 2,5 milhões de toneladas por ano. Os embargos econômicos que serão aplicados pelos Estados Unidos e pela Europa a partir de 8 de dezembro podem respingar nos negócios a longo prazo firmados com produtores e empresas brasileiras.

Alguns pagamentos das importações, por exemplo, são feitos por bancos americanos e poderão ser impedidos com as sanções, assim como a contratação de garantias e seguros, o que inibe a ação dos brasileiros. Em Brasília, o risco de interrupção do fluxo dos navios com potássio de Belarus passou a ser considerado bem possível.

Mas o governo brasileiro pisa em ovos. A diplomacia não pretende tomar partido sobre a crise política belarussa. A intenção é evitar uma exposição diante de qualquer negociação ou alinhamento com o presidente do país, Aleksandr Lukashenko, retratado como o último ditador da Europa. Qualquer movimento mais enfático poderia enfraquecer os embargos americano e europeu.

Quebra-cabeças

Já as empresas importadoras brasileiras quebram a cabeça para encontrar soluções para o impasse. Entre as alternativas estudadas está uma negociação via China e mesmo uma permuta, como o Brasil faz com o Irã, com a possibilidade do envio de cargas de milho em troca de fertilizantes. Mas o preço alto do insumo e a necessidade de refazer contratos em cima da hora são um problema.

O setor acredita que há disposição da Rússia em ajudar Belarus em caso de novas sanções, mas o uso dos portos russos para exportar os insumos demandaria adequações e investimentos inviáveis no curto prazo. O tempo também é inimigo no caso do Canadá, onde novas minas de



potássio foram descobertas, mas a produção só deverá aumentar consideravelmente em alguns anos.

Em outubro, representantes de cooperativas brasileiras e da Belarusian Potash Company (BPC), braço da estatal de exploração de potássio Belaruskali, estiveram no gabinete da ministra Tereza Cristina, em Brasília, para avaliar o cenário. Uma das sugestões do setor no encontro foi que o governo acionasse instituições internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização Mundial do Comércio (OMC), como forma de pressionar a liberação do fluxo normal das exportações de Belarus, que ocorrem por terminal no porto de Klaipeda, na Lituânia. O Valor apurou que a medida é considerada improvável.

O objetivo do governo é tratar a questão de forma generalizada, buscando organizar o ambiente para a negociação privada “assertiva e perene” e visando assegurar o abastecimento interno. Houve um salto no consumo de fertilizantes no Brasil nas últimas safras - de 36 milhões de toneladas, em 2019, para 40,5 milhões em 2020. As previsões mais modestas dão conta de que neste ano serão 44 milhões de toneladas.

Esperança de abastecimento preservado

A Associação Nacional para Difusão de Adubos (Anda) segue monitorando o mercado e está otimista de que o abastecimento será preservado em 2022. A reunião da comunidade europeia, no dia 8 de dezembro, para definir punições a Belarus, será determinante para tal, de acordo com o diretor-executivo da entidade, Ricardo Tortorella.

“O risco é haver sanção sobre a circulação de cloreto de potássio. Mas também existe a possibilidade de não acontecer nada”, disse ele ao Valor. A expectativa de um final feliz aumentou com a atuação de Tereza Cristina e companhia em Moscou. “Foi a melhor ação e a melhor decisão possível. Havia risco de oferta limitada da Rússia, e esse risco agora a gente descarta”, disse Tortorella.

Segundo ele, as empresas de fertilizantes fizeram uma “ginástica” para garantir a distribuição dos adubos aos produtores em 2021. “Mesmo com todas as dificuldades previstas, conseguimos fazer as entregas”, disse Tortorella. O Brasil importa 85% desses produtos para atender à demanda doméstica.

O dirigente afirmou que as negociações para os próximos plantios seguem em ritmo normal. Cerca de 40% dos adubos da safrinha de milho do ciclo 2021/22 já foram negociados, e para a safra de grãos 2022/23 o percentual chega a 20%.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 24/11/2021

PAÍS PRECISA MELHORAR GESTÃO DO SISTEMA ELÉTRICO, DIZ ABEEÓLICA

Executiva defende emprego mais racional da matriz hidrelétrica e integração com outros usos da água

Por Gabriela Ruddy — Do Rio

A presidente da Associação Brasileira de Energia Eólica (Abeeólica), Elbia Gannoum, acredita que o Brasil precisa melhorar os processos de operação do sistema de energia elétrica.

“Precisamos enxergar as hidrelétricas com os demais recursos que elas oferecem para o sistema, que não são somente a energia elétrica. Precisamos mudar a forma de operar o sistema, é o que trará a mudança para o próprio planejamento do sistema, para que se possa aproveitar melhor os recursos”, afirmou em evento online promovido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) na tarde de hoje.

As usinas hidrelétricas são caracterizadas como uma energia de base, ou seja, podem ser acionadas a qualquer momento, diferentemente de fontes como a solar e a eólica, que dependem de condições climáticas para gerar energia.

“Não é porque os recursos são abundantes que vamos aproveitá-los mal. Temos que pensar melhor em investimentos para eficiência energética, trazer novas tecnologias, e preparar o mercado brasileiro para essas tecnologias”, complementou.

Nesse sentido, Elbia apontou que o Brasil está bem posicionado para receber investimentos em geração de energia eólica em alto-mar (offshore). Ela lembrou que o Ibama já tem 22 projetos desse segmento em licenciamento, num total de 46 gigawatts (GW) de capacidade.

Segundo a executiva, para esses investimentos se concretizem, é necessário ter uma diretriz regulatória, além de uma melhor logística portuária e soluções para conexão das usinas offshore à malha de transmissão. “Precisamos tornar o Brasil atrativo para esses investimentos”, destacou.

Para Elbia, é preciso agilizar a atração de investimentos, de modo a não perder oportunidades. A presidente da Abeeólica participou da Conferência do Clima (COP26) na Escócia no começo deste mês e disse ver uma mudança global nas discussões sobre a descarbonização da matriz energética. Ela destacou o ganho de importância de temas relacionados ao meio ambiente, sociedade e governança (ESG, na sigla em inglês).

“Há um forte papel da sociedade civil e dos grandes investidores do mercado financeiro. São eles que vão ditar a pauta da economia de baixo carbono. Temos muito a fazer, principalmente no sentido de otimizar o uso dos recursos, para utilizá-los de maneira mais inteligente”, afirmou.

Nesse sentido, a vice-diretora da Coppe UFRJ, Suzana Kahn, lembrou que o Brasil precisa aproveitar a atração de investimentos em energias renováveis para também incorporar novas tecnologias e ajudar a gerar empregos.

“Se não investirmos em tecnologia, no valor agregado, e não capacitarmos as pessoas em vários níveis, vamos ter uma quantidade cada vez maior de desempregados. Estamos passando não só por uma transição energética, mas também por uma transição digital”, disse Suzana.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 24/11/2021

EXPORTAÇÕES DO BRASIL ESTÃO ENTRE AS QUE MAIS RECUARAM

Vendas externas de bens das maiores economias do mundo cresceram 0,9% e as importações, 0,4%, no terceiro trimestre

Por Assis Moreira — De Genebra



Operação de contêineres no porto de Santos: vendas externas crescem no mundo, mas Brasil fica para trás — Foto: Silvia Costanti/Valor

O Brasil teve a segunda maior queda nas exportações de mercadorias entre os países do G20 no terceiro trimestre comparado ao trimestre anterior, segundo levantamento da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

As exportações de bens das maiores economias do mundo cresceram 0,9%, e as importações, 0,4%, no terceiro trimestre, medidas em dólar americano. No caso



do Brasil, as exportações sofreram contração de 7,1%, mas vinham de recorde de alta de 29,8% no trimestre anterior. Somente a África do Sul teve queda maior nas exportações entre julho e setembro no G20. O recuo das vendas do país foi de 15,3%.

No caso das importações, caíram 1,5% no Brasil e 2,7% na África do Sul. E seu principal cliente, a China, também importou 6,2% menos no terceiro trimestre. O Brasil exportou US\$ 4,4 bilhões a menos no terceiro trimestre em relação ao segundo trimestre.

Mas as vendas foram US\$ 20,8 bilhões mais elevadas na comparação com o terceiro trimestre do ano passado, no auge da pandemia de covid-19.

O comércio internacional continuou a se expandir no G20 no terceiro trimestre de 2021, com a retomada dos serviços, mas o crescimento do comércio de mercadorias diminuiu.

Conforme a OCDE, no terceiro trimestre o comércio internacional de mercadorias no G20 estabilizou em nível recorde, após quatro trimestres de crescimento sustentado. Houve uma acentuada desaceleração em relação ao primeiro semestre do ano, quando o aumento dos preços impulsionou o valor das mercadorias comercializadas.

A demanda sustentada por eletrônicos e os altos preços de energia continuaram a desempenhar um papel no terceiro trimestre, enquanto as cadeias de fornecimento de semicondutores sobrecarregadas pesaram sobre o comércio de veículos e peças.

Assim, a eletrônica (circuitos integrados, telefones celulares, displays e computadores) continuou a impulsionar o comércio de mercadorias na Ásia Oriental no terceiro trimestre. As exportações e importações coreanas aumentaram em 5,6% e 4,6%, respectivamente, com as exportações de carros elétricos e híbridos em um nível recorde, apesar da tendência geral fraca para veículos e peças.

As exportações também se expandiram na China (acima de 1,6%), enquanto as importações diminuíram 6,2% após o crescimento de dois dígitos no primeiro semestre do ano. As importações japonesas aumentaram em 3,9%, lideradas principalmente por produtos energéticos e farmacêuticos, enquanto as exportações diminuíram em 0,3% devido a menores embarques de veículos.

Minerais e minérios metálicos impulsionaram o crescimento das exportações de mercadorias da Austrália (3,6%), apesar da queda dos preços em setembro. Já as importações caíram 5,5%, com lockdowns no leste da Austrália deprimindo a demanda por combustível e produtos energéticos. A Índia e a Indonésia registraram um sólido crescimento das exportações (7,0% e 6,5%, respectivamente).

Na Europa, o comércio de mercadorias caiu no terceiro trimestre em comparação com o trimestre anterior. As exportações contraíram 0,5% na União Europeia, com a queda nos embarques de máquinas e veículos afetando em particular a Alemanha (menos 1,9%) e a Itália (menos 1,5%). Já as exportações francesas registraram um ligeiro aumento (1,0%). Com exceção da Alemanha (menos 2,2%), as importações de mercadorias aumentaram moderadamente em toda a região (mais 0,4% para a UE como um todo, 2,0% para a Itália e 1,7% para a França).

Nos EUA, as exportações e importações de mercadorias aumentaram em 1,0% e 1,5%. As exportações canadenses cresceram em 1,7% apesar dos preços mais baixos da madeira pesando sobre as exportações de produtos florestais. As exportações mexicanas permaneceram estáveis (menos 0,2%), enquanto as importações se expandiram em 4,4%.

Os cereais impulsionaram o aumento das exportações de mercadorias da Argentina (13,7%), enquanto as exportações e importações brasileiras contraíram 7,1% e 1,5%, respectivamente, no terceiro trimestre de 2021, após o crescimento de dois dígitos no segundo trimestre.

O crescimento das exportações e importações de serviços para o G20 é estimado em cerca de 5,1% e 5,8% no terceiro trimestre de 2021, respectivamente, em comparação com o trimestre anterior e medido em dólares americanos ajustados sazonalmente.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 24/11/2021

ACORDO COMERCIAL DEVE PREVER SANÇÕES CONTRA POLUIDORES

Pressão dos consumidores vai afetar negociações multilaterais e favorecer economia de baixo carbono

Por Assis Moreira — De Genebra



Contêineres no Porto de Santos: cerca de 30% do total de emissões de CO2 são associadas ao comércio internacional — Foto: Jonne Roriz/Bloomberg

Os países deverão acelerar a redução das emissões de gases de efeito-estufa de suas produções para exportação, mesmo com os modestos compromissos assumido na Conferência do Clima, em Glasgow, a COP26. A pressão dos consumidores por produtos ambientalmente sustentáveis só tende a aumentar. E isso também deverá impulsionar futuros acordos

comerciais com efetivas obrigações e sanções contra poluidores.

A nova configuração do comércio internacional significará custos mais elevados de produção e margem menor para as empresas. A pressão ambiental também ampliará o potencial de contenciosos, com tendências de imposição de mais padrões unilaterais, inclusive para retaliar concorrentes.

“A questão climática hoje está em grau superior das preocupações mundiais”, diz Pedro de Camargo Neto, um dos maiores especialistas latinos no setor agrícola. “Vai nortear investimentos, subsídios, barreiras e, devido à fragilidade da Organização Mundial do Comércio (OMC), acordos poderão ocorrer sem regra multilateral, sem uma instância onde reclamar caso existam excessos e incorreções.”

Vários engajamentos assumidos por países em Glasgow vão ter impacto gradual nas companhias e no comércio global, se efetivamente implementados. É o caso dos compromissos para reduzir desmatamento e emissões de metano até 2030. O acordo para se encerrar a era dos veículos movidos a combustíveis fósseis até 2040 “ou antes” também terá influência nos fluxos comerciais.

Além disso, medidas unilaterais poderão se propagar, como taxa carbono na fronteira para proteger a indústria nacional contra concorrentes estrangeiros que não estejam submetidos aos mesmos padrões ambientais. A União Europeia (UE) tomou a dianteira com sua Carbon Border Adjustment Mechanism (CBAM), pela qual Bruxelas fixará um preço do carbono nas importações de ferro e aço, alumínio, cimento, eletricidade e fertilizantes. Mas a lista vai aumentar. Para evitar uma grande fragmentação e mais afrontamentos, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) articula um plano para determinar um preço internacional do carbono e estabelecer um acordo global em bases voluntárias.

A OMC reconhece um impacto significativo das exportações e importações na alta de emissões de gases de efeito-estufa. Estudos realizados entre 2011 e 2020, mencionados pela OMC, apontam que entre 20% e 30% do total de emissões de CO2 são associados ao comércio

internacional. Mas a entidade julga haver erros de mensuração e incertezas, e prefere cifra mais conservadora, de 5%.

Com a mudança climática pode ocorrer uma piora nos desastres naturais, com mais interrupções nas cadeias globais de abastecimento, danos à infraestrutura local ou à capacidade produtiva, nota a OMC.

“A globalização ‘low cost’ acabou. A próxima etapa da globalização é a da economia de baixo carbono”, diz o professor Stephane Garelli, da Universidade de Lausanne e do Instituto de Administração de Lausanne (IMD).

“O primeiro capítulo da globalização, o da eficácia de custos, terminou. O próximo é o da economia sustentável. O custo social, econômico e geopolítico dessa revolução é enorme. Para as empresas, o preço será em termos de menor lucratividade”, afirma o professor. Para as companhias, a globalização não será mais um fator de baixa de custos. Inovações tecnológicas ou robotização compensarão em parte a fatura, mas não para todo mundo e nem rapidamente.

Decisões tomadas na COP26 estão aquém da expectativa e os engajamentos atuais são insuficientes para cumprir as metas do Acordo de Paris, firmado em 2015, o que significa que a temperatura global poderá superar a meta de elevação de 1,5°C, na avaliação de certos analistas.

A OMC quer mostrar que o comércio é parte da solução no combate à mudança climática. Mas o fato é que existe o risco de retaliações comerciais à revelia das regras da OMC, sob o argumento de clima/carbono e metano mais à frente. A desconfiança política, tecnológica, sanitária e digital entre os EUA e a China, principalmente, não permite antever muita cooperação no sistema comercial internacional.

Um relatório do governo dos Estados Unidos prevê que “os países muito provavelmente empregarão ferramentas financeiras e econômicas controversas para fazer avançar as políticas climáticas e defender suas economias nacionais”.

Washington também antecipa maior competição no desenvolvimento de tecnologias de energia renovável quando a transição energética se acelerar. A competição vai aumentar para aquisição e processamento de minerais e recursos usados em tecnologias-chave de energia renovável, como terra rara para turbinas eólicas, polisilício para painéis solares, além de cobalto, lítio, manganês e grafite para baterias de carros elétricos.

Na Europa, a indústria se prepara para a nova revolução industrial, a da economia zero carbono, com seu “pacto verde” que exigirá que toda medida precisa ter avaliação ambiental. Com isso, 50 leis europeias vão ser alteradas até o fim de 2022.

Para os europeus, a neutralidade carbono é também uma batalha de normas, tecnologias, patentes, locais de produção e regras de acesso ao mercado. Isso passa por acordos comerciais com maior exigência ambiental, como nota Pascal Canfin, presidente da Comissão de Meio Ambiente do Parlamento Europeu.

Canfin afirma que o acordo UE-Mercosul só tem chance de ser aprovado no Parlamento Europeu com inclusão de sanções para o caso de desrespeito aos engajamentos do Brasil e parceiros na área ambiental. Ou seja, se os compromissos para combater o desmatamento, por exemplo, não forem implementados, a Europa poderá suspender a redução tarifária ou cotas (volumes importados com alíquota menor) previstas no acordo birregional para produtos do Brasil e do resto do Mercosul. Ele diz que o endurecimento ambiental não é contra o Brasil, e vai ocorrer a partir de agora em todo acordo comercial que a Europa negociar.

Assim, para o Brasil, os desafios são elevados, até em razão da péssima percepção global sobre as políticas do governo de Jair Bolsonaro. Como grande produtor e exportador agrícola, o país

precisará comprovar mais e mais que seus produtos são livres de zonas de desmatamento, por exemplo, para evitar taxas adicionais na entrada em certos mercados, como na Europa.

Pressões e ameaças já começaram, observa Pedro de Camargo Neto. A grande questão continuará a ser o desmatamento na Amazônia, o grande foco de gás carbônico do Brasil. “Ou o Brasil coloca ordem na Amazônia, ou deveremos sofrer retaliações quer sejam financeiras nas empresas, quer sejam no comércio dos produtos, quer sejam políticas diplomáticas com perda de espaço no mundo”, alerta.

Em sua avaliação, “falta muito mais a decisão política, competência e estratégia para enfrentar essa questão, do que recursos financeiros como tem sido pleiteado pelo atual governo”. Camargo Neto estima que o Brasil fez no passado serviço de controle ambiental muito melhor do que hoje e com recursos limitados. Existia a vontade política de enfrentar o desmatamento, que agora desapareceu.

Conseguindo colocar ordem na Amazônia, o país sai do foco, pois tem matriz energética muito melhor do que a dos demais. O vetor das ilegalidades na região passa, porém, longe do setor agropecuário, diz Pedro de Camargo Neto. “A agricultura brasileira já caminha firmemente na produção de baixo carbono, destacando-se a nível mundial nesse quesito. Propostas que começam a ser trabalhadas colocam ao agricultor um novo produto, o carbono.”

Para ele, o desmatamento, ou melhor, a ausência de poder público na região é um grande problema. “O garimpo ocupa regiões e tem força econômica. São operações da dimensão de mineradoras, e cada dia mais dominadas pelo crime organizado. Reservas indígenas são saqueadas sem a essencial ação dos poderes públicos. A permissividade regional favorece também a exploração madeireira ilegal, o grilo - roubo de terras públicas -, e desmatamento ilegal. É emergencial impor ordem pública. O término do desmatamento ocorrerá como consequência.”

Com relação ao compromisso para reduzir emissões de metano, ele estima que foi dado um primeiro passo. “A pecuária rejeita a pecha de pária. Sem qualquer acordo em Glasgow, hoje, no Brasil, o problema do metano dos ruminantes é menor do que era ontem, e certamente amanhã será menor ainda. A política pública que deve ser implantada irá acelerar a modernização que já ocorre na pecuária e resolve em grande parte essa questão.”

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 24/11/2021

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

EÓLICAS OFFSHORE DEVEM DEMANDAR MAIS CONVERSÕES DO QUE CONSTRUÇÕES, AVALIA CSENO

Por Danilo Oliveira OFFSHORE 24 Novembro 2021



Arquivo/Divulgação

Para Bruno Galhardo, presidente da câmara setorial de equipamentos navais da Abimaq, implantação de projetos de geração de energia proveniente dos ventos em águas brasileiras permitirá vinda para o Brasil de embarcações que são realidade principalmente na Europa.

A implantação de projetos de geração eólica em águas brasileiras permitirá a vinda de uma série de



embarcações que são realidade principalmente na Europa. Para o presidente da Câmara Setorial de Equipamentos Navais, Offshore e Onshore (CSENO) da Abimaq, Bruno Galhardo, a família de novas embarcações, com propósitos específicos que darão suporte a esse tipo de operação de instalação (offshore wind support vessels), virá com força para o Brasil quando os projetos forem viabilizados. Galhardo disse que o Brasil tem total capacidade para construir esse tipo de embarcação, pois já construiu unidades mais complexas. No entanto, ele observa um movimento mais forte para conversão de embarcações do que para construção de novas unidades, considerando que a ociosidade de embarcações de apoio ainda é grande nos mercados nacional e internacional.

“Estaleiros nacionais talvez não tenham feito nenhum projeto até hoje, mas capacidade técnica teriam para fazer conversão de uma embarcação como essa para atuar no mercado eólico offshore. Não vejo nenhuma dificuldade para o Brasil ter relevância para esse mercado”, analisou, nesta quarta-feira (24), durante o Fórum do Mercado Brasileiro de Energia, promovido pela Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq).

Na ocasião, ele destacou os SOVs (Service operation vessels) e os WTIVs (Wind turbine installation vessels), embarcações que darão suporte à instalação de torres eólicas offshore e que hoje não operam no Brasil. “Sabemos o número de embarcações no apoio no mundo sofre ociosidade. As chances de termos conversões de embarcações no futuro próximo e que traga negócios para o Brasil são bem relevantes”, projetou Galhardo.

O presidente do Conselho de Energia Eólica e do grupo de trabalho de energia solar (fotovoltaica), Roberto Veiga, contou que empreendedores nacionais e internacionais já apresentaram projetos de geração de energia eólica, que dependem da consolidação da normatização do uso do mar para geração de energia. “O que falta é acelerar essa possibilidade de se utilizar o mar de forma consciente e técnica para que possamos iniciar o projeto de energia eólica offshore no Brasil”, avaliou.

Ele disse que existem leis não consolidadas que permitiriam exploração da eólica offshore no Brasil, mas que, no entendimento governo, Tribunal de Contas da União (TCU) e outros órgãos de controle, essas leis deveriam ser consolidadas para permitir o direito uso do mar, que tem uma prerrogativa de uso pelo governo. Veiga considera que as discussões de implantação, principalmente do ponto de vista ambiental, são mais ‘emocionais’ do que práticas. Ele citou que existe um acordo firmado entre o Ministério de Minas e Energia e uma entidade dinamarquesa no sentido de buscar entendimento das consequências da viabilização do mar para geração energia por fonte eólica.

Veiga ressaltou que a cadeia produtiva e a fabricação de estruturas para geração dessa fonte de energia no mar é semelhante à utilizada em parques eólicos onshore, porém em outros patamares. No mundo, já existem projetos de turbinas eólicas offshore com capacidade instalada acima de 10 megawatts (MW), em fase de testes. Ele acredita que essas instalações seguirão o mesmo caminho das eólicas onshore e terão infraestrutura disponível para seus projetos. Ele ponderou que todo o sistema de geração de energia inovador no Brasil começou com incentivo.

Ele lembrou que os primeiros parques eólicos no Brasil começaram com custo alto, subsidiados à época pelo Programa de Incentivo às Fontes Alternativas (Proinfa), e depois chegou a bater a menor tarifa mundial, mais barata até mesmo que a fonte hidrelétrica. “É preciso um incentivo com tarifa subsidiada no começo permitindo que a demanda de mercado seja jogada dentro da cadeia produtiva no Brasil e, com incentivo de bancos de desenvolvimento, permita que o custo da energia eólica seja baixo”, sugeriu Veiga.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 24/11/2021

PORTO DO RIO INAUGURA NOVO PORTÃO DE ACESSO RODOVIÁRIO

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 23 Novembro 2021



A Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ) inaugurou, na última sexta-feira (19), o mais moderno portão de acesso rodoviário ao Porto do Rio de Janeiro, localizado no final da Rua General Sampaio, no bairro do Caju. Trata-se do novo portão 32, projetado para receber o tráfego rodoviário proveniente da Avenida Portuária, dimensionada para o fluxo de 2,6 mil veículos por dia. A obra, que durou nove meses, foi executada e custeada com recursos próprios da Docas do Rio, totalizando um investimento na ordem de R\$ 3,8 milhões.

Para o diretor de Gestão Portuária, Mário Povia, “a obra materializa uma parceria público-privada com os terminais e operadores portuários, que doaram o projeto executivo para a Docas do Rio, e é fruto do empenho de diversas áreas da companhia como as Superintendências de Gestão Portuária, da Guarda Portuária, de Engenharia e de Tecnologia da Informação”.

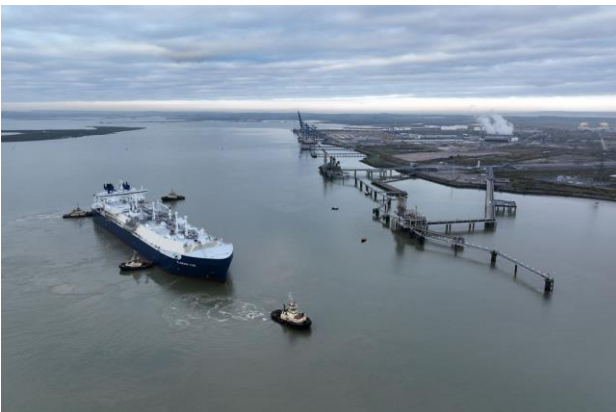
O novo acesso abrange uma área total de 9.368 metros quadrados, dos quais 153 metros quadrados de área construída e 720 metros quadrados de cobertura de proteção nos ‘gates’. A estrutura é aparelhada para atendimento aos veículos rodoviários, com instalações modernas para a Guarda Portuária, pavimentação e sinalização novas e, principalmente, quatro ‘gates’ reversíveis com dimensões suficientes para manobras dos caminhões e com tecnologia e automatização para facilitar a dinâmica de entrada e saída do porto.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 24/11/2021

SVITZER LANÇA PARA LONDRES SERVIÇO DE REBOCADORES NEUTROS EM CARBONO

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 23 Novembro 2021



A Svitzer, operadora de reboque e parte da AP Moller-Maersk, anunciou nesta segunda-feira (22) que, depois de conduzir um piloto bem-sucedido, converterá toda a sua frota de 10 rebocadores em Londres e Medway para ser movida a biocombustível marítimo.

A substituição do óleo combustível marítimo pelo biocombustível neutro em carbono permitirá que a Svitzer ofereça uma nova solução de reboque, a Ecotow, aos seus clientes, liberando uma redução de cerca de 90% de CO2 nas emissões do Escopo 3 de suas operações de reboque.

A empresa está oferecendo o Ecotow em Londres para clientes cujas embarcações exigem serviços de reboque no Tamisa.

Inicialmente, os cinco rebocadores da Svitzer que servem o terminal de GNL da Ilha de Grãos no Medway funcionam inteiramente com biocombustível de óleo vegetal tratado com hidrogênio (OVH) desde 15 de novembro. A mudança comprova a viabilidade operacional e também o valor comercial e ambiental do uso de biocombustível no setor de reboque.

Em janeiro de 2022, todos os 10 rebocadores da Svitzer em Londres irão operar usando biocombustível de OVH. A decisão de aumentar o uso de biocombustíveis em toda a frota de

Londres segue a conclusão bem-sucedida do primeiro teste de biocombustível do setor a bordo do Svitzer "Intrepid", que funciona com biocombustível fornecido desde setembro.

A Svitzer considera o OVH um primeiro passo crucial no roteiro para um setor de rebocadores mais neutro em carbono, um requisito cada vez mais impulsionado pelas demandas dos clientes.

Comentando sobre o potencial do biocombustível nos rebocadores, Sven Lumber, chefe do Ecotow na Svitzer, disse: "É sensato que busquemos ampliar o uso de biocombustível no momento certo, alinhados para ajudar nossos clientes a navegar de forma lucrativa em suas trajetórias de descarbonização. A transição para uma adoção mais ampla de combustíveis alternativos nos reboques acabará por acontecer mais rapidamente se os clientes aceitarem a tecnologia e entenderem o equilíbrio custo/benefício".

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 24/11/2021

PORTO DO RECIFE INICIA PROJETO DE EXTENSÃO TECNOLÓGICA EM PARCERIA COM A UFPE E FACEPE

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 23 Novembro 2021



O Porto do Recife recebeu nesta segunda-feira (22) alunos do curso de Engenharia Naval da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) para dar continuidade ao Projeto de Extensão Tecnológica (PET), programa ligado à Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco (Facepe). O intuito das visitas é conhecer mais sobre o ancoradouro recifense e desenvolver, ao longo de quatro meses, um código computacional para o cálculo das forças atuantes na amarração de navios e defensas portuárias.

"O projeto desenvolvido pela turma vai calcular os esforços nas amarras, cabeços e defensas. Com isso, é possível avaliar o que o porto precisa e identificar, na infraestrutura portuária, quais são os possíveis problemas e melhorias necessárias", explicou Mônica Souza, assistente técnica da Coordenadoria de Gestão Ambiental e de Segurança e Saúde no Trabalho.

O grupo de estudantes, acompanhado dos professores da UFPE Cesar Augusto Salhua e Miguel Celis, se reuniu com a equipe de Operações e Engenharia do ancoradouro. No encontro, os alunos fizeram uma visita técnica no cais e puderam tirar dúvidas sobre o funcionamento do porto, a logística da atracação das embarcações, além de entender melhor como funciona o tipo de defensas utilizadas nos cais; equipamentos feitos para impedir que os navios, barcos e outro tipo de embarcações navais colidam umas contra as outras ou contra as docas, cais e molhes.

"Vamos elaborar o código com os alunos de Engenharia Naval e Mecânica para que a equipe de Engenharia e Operações do ancoradouro possa projetar o que aconteceria nas defensas e nos cabeços quando um navio chega. Com o código é possível calcular as forças ambientais produzidas pela correnteza e pelo vento, por exemplo", explicou o professor Cesar Augusto Salhua.

A atividade faz parte do Acordo de Cooperação Técnica feito entre o Porto do Recife e a Secretaria estadual de Ciência, Tecnologia & Inovação (Secti), em abril deste ano, com objetivo de transformar o ancoradouro em um hub de inovação e ampliar o intercâmbio de conhecimentos com a comunidade acadêmica. Nos próximos meses, o porto se transformará em um laboratório vivo para o desenvolvimento e experimentação de novas soluções e realização de pesquisas científicas.

“O projeto desenvolvido pelos alunos da UFPE é uma excelente oportunidade de aproximar a academia do Porto do Recife. É uma via de mão dupla, enriquecendo o conhecimento dos alunos e transformando o ancoradouro em referência de inovação no setor portuário”, comemorou o presidente do ancoradouro, José Lindoso.

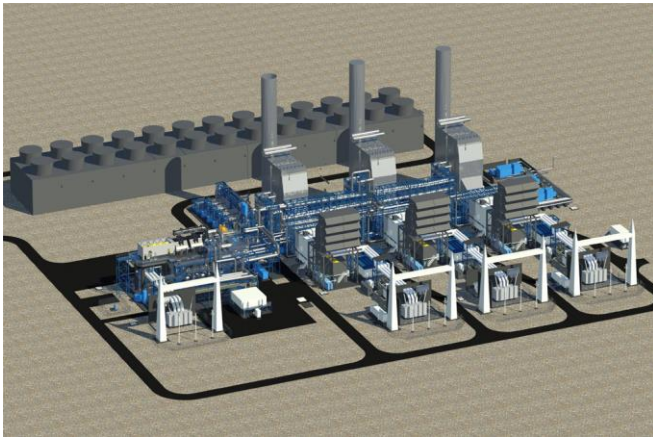
"O Programa de Extensão Tecnológica (PET) é decisivo na formação de pessoas nas habilidades de futuro. E está inteiramente alinhado ao trabalho multidisciplinar e de vanguarda desenvolvido a partir do Acordo de Cooperação Técnica entre a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação e o Porto do Recife, que colocará o ancoradouro em posição de referência nos setores logístico e portuário quando o assunto é fomento à inovação e a novas tecnologias que resultem em competitividade, inteligência e melhor prestação dos serviços”, destacou o secretário estadual de Ciência, Tecnologia & Inovação, Lucas Ramos.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 24/11/2021

SIEMENS ENERGY GARANTE PEDIDO PARA A CONSTRUÇÃO DA UTE GNA II

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 23 Novembro 2021



A Siemens Energy garantiu o pedido para a construção da UTE GNA II, usina de ciclo combinado em regime turnkey no projeto integrado de GNL-para-energia localizado em Porto do Açu, no estado do Rio de Janeiro. A construção da planta, que já está em andamento, se dá após o comissionamento bem-sucedido de GNA I, no segundo semestre desse ano. GNA II será a segunda usina de ciclo combinado que a Siemens Energy irá construir em regime de turnkey no polo termelétrico e terá uma capacidade instalada de 1,7 gigawatt (GW).

Com uma capacidade combinada de 3 GW, GNA I e GNA II serão capazes de fornecer eletricidade para o equivalente ao consumo de 14 milhões de residências. Esse segundo pedido contará com a primeira aplicação no Brasil da turbina a gás classe HL. As usinas de ciclo combinado movidas a gás natural liquefeito (GNL) serão as termelétricas mais eficientes da América Latina. O valor total do projeto é de aproximadamente € 1 bilhão.

O escopo da Siemens Energy prevê a entrega de toda a ilha de energia, que consiste em três turbinas a gás classe HL de alta eficiência, uma turbina a vapor, quatro geradores elétricos e três geradores a vapor com recuperação de calor (HRSG), além de sistemas de instrumentação e controle. Os serviços oferecidos pela Siemens Energy cobrirão também a operação e manutenção de longo prazo (O&M) da planta, incluindo monitoramento remoto avançado e diagnóstico pelo Centro de Operação Remoto, localizado em Jundiaí, São Paulo.

A usina está sendo construída em conjunto com a parceira do consórcio Andrade Gutierrez, que fornecerá as obras civis, de infraestrutura e montagem.

“Nossa participação nesse projeto excepcional reforça como nossa abordagem abrangente de GNL-para-energia aumenta o valor agregado para nossos parceiros e também atende à necessidade de energia acessível e confiável”, afirma Jochen Eickholt, membro do Conselho Executivo da Siemens Energy AG. “Esse projeto é estratégico, não só pela sua grandiosidade, mas também pela localização geográfica, próximo aos dois principais sistemas de gasodutos do Brasil, nas regiões Nordeste e Sudeste do país. Importante ressaltar que nossas turbinas a gás

para GNA II estão prontas para queimar hidrogênio posteriormente. Isso significa que nossa tecnologia é preparada para o futuro dos nossos clientes”, acrescenta Eickholt.

O projeto Gás Natural do Açú contempla a construção de duas usinas termelétricas, um terminal de regaseificação de GNL, baseado em uma FSRU (Unidade Flutuante de Regaseificação de Armazenamento), além de subestações e linhas de transmissão para interligar as usinas ao Sistema Interligado Nacional. O complexo termelétrico faz parte do Polo Gás do Açú, projeto em desenvolvimento no Complexo Portuário do Açú que visa fornecer uma solução logística para o recebimento, processamento, conversão em energia elétrica e transporte do gás natural nas bacias de Campos e Santos, bem como para importar e armazenar GNL. Uma segunda fase compreenderá projetos de energia térmica adicionais sob a licença ambiental de 6,4 GW de propriedade da GNA.

A construção da usina GNA I foi iniciada em janeiro de 2018 e entrou em operação comercial em setembro de 2021. As duas usinas fornecerão energia para regiões como Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro dentro do Sistema Interligado Nacional.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 24/11/2021

‘ADAPTAÇÃO A MUDANÇAS CLIMÁTICAS É INEVITÁVEL E MELHOR QUE REAGIR DEPOIS’, DIZ CONSELHEIRA ALEMÃ

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 23 Novembro 2021



Arquivo/Divulgação

Friederike Sabiel, representante do conselho de sustentabilidade da Embaixada da Alemanha, destacou que alguns portos brasileiros já implementam algumas medidas de adaptação, muitas das quais sem grandes impactos orçamentários.

A representante do conselho de sustentabilidade da Embaixada da Alemanha, Friederike Sabiel, afirmou, na última segunda-feira (22), que a mudança do clima já está acontecendo, reforçando a necessidade de ações conjuntas de diferentes setores para reduzir os gases de efeito estufa e manter o aumento da temperatura global abaixo de 1,5º celsius. A conselheira acrescentou que se preparar e se adaptar ao aumento dos efeitos climáticos é inevitável, sendo melhor do que reagir depois, quando o nível do mar estiver maior ou as tempestades se tornarem mais fortes. Friederike lembrou que a adaptação foi tema da conferência Cop-26 sobre mudanças climáticas que ocorreu na Escócia, no começo de novembro.

Na ocasião, os países concordaram que a cooperação é importante e que os recursos para adaptações devem ser dobrados até 2025. "Isso reflete o sentido de urgência no mundo a respeito das medidas de adaptação e resiliência", destacou durante o lançamento do estudo 'Impactos e Riscos da Mudança do Clima nos Portos Públicos Costeiros Brasileiros', parceria da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) com a Cooperação Alemã para o Desenvolvimento Sustentável por meio da Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH. Ela destacou que alguns portos brasileiros já implementam algumas medidas de adaptação, muitas das quais sem grandes impactos orçamentários.

O gerente de desenvolvimento e estudos (GDE) da Antaq, José Gonçalves Moreira Neto, acrescentou que, do portfólio de 55 medidas adaptativas elencadas no estudo, algumas iniciativas não dependem de recursos orçamentários, por se tratarem de medidas de gestão. "Temos que analisar caso a caso e inserir esse projeto e achados desse estudo na política pública.

Eventualmente, há necessidade de aporte financeiro e esse modelo tem que ser pensado", explicou.

Neto disse ainda que a maioria dos portos não é impactada diretamente em sua infraestrutura pelos efeitos climáticos, porém na paralisação nas operações portuárias. "Tudo tem que ser customizado e levantar o que cada porto tem que fazer. Esses portos [Santos, Rio Grande e Aratu] podem virar cases de adaptação no Brasil, pois são portos relevantes para a logística. A concepção será melhor embasada depois da concepção do eixo 2", acredita.

O superintendente de desempenho, desenvolvimento e sustentabilidade (SDS) da Antaq, José Renato Ribas Fialho, disse que os estudos não abordam o financiamento dessas adaptações, por se tratar de uma questão de política pública que será apresentada às autoridades portuárias e tratada pelo governo, com a colaboração dos dados das duas etapas dessa pesquisa. A próxima fase do estudo prevê o aprofundamento das avaliações com os portos de Santos (SP), Aratu (BA) e Rio Grande (RS).

"O resultado dos dois eixos será apresentado para autoridades portuárias e o Ministério da Infraestrutura para se formular políticas públicas, para que eventual financiamento público ou privado ocorra. O Ministério da Economia está trabalhando em quantificar custos dessas adaptações para o setor portuário. Enxergamos como etapa seguinte em que esse estudo servirá de subsídio para isso", ponderou.

O subsecretário de planejamento da infraestrutura do Ministério da Economia, Fabiano Pompermayer, disse que a pasta também tem uma iniciativa junto à GIZ para avaliar como quantificar os custos e benefícios econômicos de tornar infraestruturas em geral mais resilientes a mudanças climáticas. Ele ressaltou que o ministério olha com uma visão mais abrangente para o setor, desde transportes até energia e telecomunicações.

Pompermayer acrescentou que a iniciativa na área portuária é relevante e servirá de case para outros setores. "Um dos nossos objetivos é, ao conseguir quantificar quanto tem em risco de perda de transporte e atividade econômica associados a mudanças climáticas nos portos, conseguir discutir quanto vale a pena investir em infraestruturas mais resilientes", projetou.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 24/11/2021

PORTO PONTA DO FÉLIX MOVIMENTA PELA PRIMEIRA VEZ PELLETS DE MADEIRA

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 23 Novembro 2021



O Porto Ponta do Félix está recebendo uma carga inédita de pellets de madeira a granel. A exportação de 15 mil toneladas do produto tem como destino a Itália, com navio previsto para atracar na primeira quinzena de dezembro. A operação faz parte da diversificação de cargas do porto, o que permitiu um aumento de 70% na movimentação em 2021.

O produto é de fabricação brasileira, produzido no Sul do país. Com a proximidade do inverno europeu, os pellets de madeira são utilizados como insumos para sistema de calefação, com finalidade residencial. Os produtos serão comercializados em lojas, em diversos pontos do continente.



De acordo com o diretor-presidente do Porto Ponta do Félix, Gilberto Birkhan, a ampliação de portfólio, atendimento diferenciado e know how em operações especializadas permitiu o crescimento na movimentação deste ano.

"Tivemos diversas operações inéditas neste ano, entre elas a importação de malte, big bags com alimentos e pellets de cana. Os pellets de madeira fazem parte da nossa diversificação de cargas, pois atendemos demandas customizadas dos clientes", destaca Birkhan.

De acordo com a Associação Brasileira das Indústrias de Biomassa, o pellet é considerado um biocombustível granulado, que tem a biomassa vegetal como base de sua composição. Os pellets são compostos por essa biomassa moída e compactada, resultando em um produto resistente ao apodrecimento ou fermentação.

Essa fonte de energia é resultado de combustível sólido gerado a partir de biomassa florestal e resíduos de processamento de madeira. Pellets podem ser utilizados em lareiras e sistemas de aquecimento, evitando a utilização de combustíveis derivados do petróleo e causando menos danos ao meio ambiente.

A alta na movimentação do Porto Ponta do Félix foi além das expectativas, segundo seus gestores, chegando a 70% de crescimento se comparado ao ano de 2020. Cargas convencionais no porto como fertilizantes, farelo de soja não transgênico e açúcar ensacado continuam compondo grande parte da movimentação.

Para 2022, a projeção é de 30% de aumento na movimentação de cargas, tendo como desafio a fidelização de clientes e aumento de cargas diversas.

A expansão em infraestrutura também é um potencializador no crescimento do Ponta do Félix. Segundo o acionista Valdecio Bombonato, a atual capacidade estática de 270 mil toneladas deve chegar a 430 mil com a finalização de obras em curso.

"Estamos construindo silos para cereais e um novo armazém para fertilizantes. Os investimentos permitem que os produtos que chegam ao Ponta do Félix sejam entregues com qualidade aos produtores rurais. Com isso, nós ganhamos em produtividade e garantimos a integridade da carga", destaca Bombonato.

Grande parte das obras de expansão no Porto Ponta do Félix estará finalizada logo no primeiro trimestre de 2022.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 24/11/2021



MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA

MERCOSHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS

Agora ficou mais fácil acompanhar as notícias publicadas no InforMS. A publicação enviada diariamente está agora disponível em tempo real no formato RSS.

Para utilizar os recursos de "feeds" é necessário ter um software agregador de notícias instalado em seu computador. Basta inserir o link do arquivo XML do InforMS <http://www.mercoshipping.com.br/feed.xml> no seu agregador para receber as notícias.



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 183/2021
Página 58 de 58
Data: 24/11/2021
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

Para obter maiores informações consulte as instruções constante no site da Merco Shipping (www.mercoshipping.com.br).

Fonte : InforMS
Data : 20/04/2006